

Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes
Departamento de História
Especialização em História do campo e da cidade

O ENGENHO CUNHAÚ:
Uma história de conflitos políticos no litoral sul
(1604-1857)

Francisco Alves Galvão Neto

NATAL
2004

Francisco Alves Galvão Neto

O ENGENHO CUNHAÚ:
Uma história de conflitos políticos no litoral sul ?
(1604-1857) 

Monografia apresentada ao Curso de História do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes – UFRN, para fins de obtenção do título de Especialista em História do Campo e da Cidade.

Orientadora: Prof. Dr.^ª Maria da Conceição Fraga

NATAL
2004

Francisco Alves Galvão Neto

O ENGENHO CUNHAÚ:
Uma história de conflitos políticos no litoral sul.
(1604-1857)

Monografia apresentada ao Curso de História do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes – UFRN, para fins de obtenção do título de Especialista em História do Campo e da Cidade.

Aprovada em ____ / ____ / ____

BANCA EXAMINADORA

À família, célula-mater da sociedade, centro da vida comum; em especial à Lúcia, Dimitri e Breno.

Aos amigos, porque não esqueço deles.

Aos professores, principalmente àqueles que foram mais além.

Agradeço à família, pais e irmãos, que foram fundamentais ao ensinarem o caminho, me transformaram em mestre.

Aos amigos que acreditam no trabalho sério e comprometido com a comunidade. ?

Aos professores que não entregaram a história pronta, respeitaram novos pontos de vista e abriram novas perspectivas.

Aos inimigos. Construí uma fortaleza com as pedras que atiraram. ?

A Deus, que tudo vê. Dele nada se esconde e sua justiça é sem fim.

**“Dos engenhos da minha terra
até os nomes fazem sonhar.”**

(Ascenso Ferreira)

RESUMO

29. A presente pesquisa trata do Engenho Cunhaú, especialmente dos conflitos políticos ocorridos no litoral sul de 1604 a 1857. Parte das concepções de Ciro Flamarion Cardoso, Os métodos da história, em especial da história econômica na América latina, e analisa as mudanças acontecidas no Engenho Cunhaú, referentes à constituição agrária, mão-de-obra e produção, especialmente os conflitos dos diversos grupos étnicos da região. Foram realizadas pesquisas bibliográficas e pesquisas documentais, construindo uma revisão bibliográfica sobre o tema. Tem com objetivo analisar a luta pela terra, investigar os conflitos entre os grupos sociais e estudar as várias modalidades de organização social. ??

for

→ concepções de Ciro Flamarion?
qual a relação entre uma
coisa e outra ???

ABSTRACT

To present research it is about the Engenho Cunhaú, especially of the political conflicts happened in the coast south from 1604 to 1857. It leaves of **Ciro Flamarion Cardoso** conceptions, The methods of the history, especially of the economic history in Latin America, and it analyzes the changes happened at the Engenho Cunhaú, referring to the agrarian constitution, labor and production, especially the conflicts of the several ethnic groups of the area. Bibliographical researches were accomplished and you research documental, building a bibliographical revision on the theme. He/she has with objective to analyze the fight for the earth, to investigate the conflicts among the social groups and to study the several modalities of social organization.

APRESENTAÇÃO

“Cada um de nós vê nos outros aquilo que carregamos em nosso próprio coração.”
(Ralph Waldo Emerson)

Uma pós-graduação contribuiu muito no desempenho da minha atividade como professor e pesquisador, atividades que faço com prazer. As dificuldades que me acompanharam foram as de qualquer aluno de uma especialização. Em alguns momentos ocorreram dúvidas, ler e reler foram a rotina. Em minha participação sempre achei possuir uma opinião um pouco deslocada do geral, mas levo bons ensinamentos. As idéias dos autores estudados ficaram marcadas em minhas ações como professor e pesquisador. Aguço com elas minha performance de cientista e pensador da história. Sinto-me melhor e mais seguro em meu trabalho.

Para apresentar meu trabalho lutei sozinho contra o tempo, distante de qualquer ajuda. De abril a dezembro de 2003 percorri 24.000 quilômetros em viagens entre Canguaretama e Natal para presenciar mais que simples aulas; fiz uma grande viagem numa aventura de 120 dias, relembrei muita coisa, revirei meu baú. O que percorri valeu por uma volta ao mundo. Talvez tenha sido uma grande volta ao mundo mesmo, porém dentro dos livros, em discussões e debates; um grande esforço.

Esperei com expectativa esse momento. O garoto dos engenhos chegou onde pode para mostrar seu trabalho. Vejo novas trilhas no horizonte aberto. Ter interesse naquilo que quase todo mundo já esqueceu, o passado é o meu futuro. Meu dever é reconta-lo,

reinventa-lo, refaze-lo. Sempre com zelo e dignidade, pois estou próximo daquilo que estudo e o faço com dedicação.

Uma das conclusões gerais da especialização é que a verdade histórica não é absoluta devido aos elementos da subjetividade implícitos na ação de um homem estudar o Homem. Reescrever a historia é uma necessidade do ser humano por sua condição dentro da sociedade. Jamais o historiador verá os acontecimentos do passado como as pessoas da época do acontecimento, levando a história ser a expressão de uma época, nunca completa, sempre aberta a novas interpretações.

O objeto do meu estudo, o Engenho Cunhaú, está localizado na zona rural do município de Canguaretama, no litoral sul do Rio Grande do Norte, enquanto a sede do município fica a uma distância de pelo menos 80 quilômetros de Natal, a capital do estado, e a seis quilômetros do engenho. É um grande patrimônio da história tanto na política como na economia e na religião. 9,9

A posição geográfica da capitania do Rio Grande, com um litoral no conjunto do país, que está mais próximo da Europa explica a presença constante de estrangeiros traficantes, principalmente franceses, o que acarretou no esforço de Portugal numa ocupação efetiva das terras, para defendê-las das ambiciosas pretensões colonizadoras de outras nações. Todo esse processo de ocupação e colonização inicial do espaço foi comandado por condições exteriores. Os portugueses, inicialmente, objetivavam o abastecimento do mercado europeu com produtos tropicais e metais preciosos da colônia.

Deste a segunda metade do século XVI² a agricultura canavieira já se desenvolvia com êxito na Zona da Mata pernambucana e Bahia, constituindo-se como atividade econômica que comandaria a ocupação do espaço nordestino. Sobre isso diz Adelino Brandão (1985, 35) que *a lavoura da cana começa a conquistar a Terra de Santa*

Cruz a partir da Zona da Mata Pernambucana, fomentada por Duarte Coelho, donatário da Capitania de Nova Lusitânia, [já] em 1534.

De Olinda partiram os desbravadores em busca de áreas favoráveis à criação de gado que se destinariam ao abastecimento de seus engenhos (ANDRADE, 1986, 59). Esses interesses econômicos, aliados às necessidades militares de assegurar a defesa e a posse das terras, resultaram na implantação da Fortaleza dos Santos Reis, a 6 de janeiro de 1598, que deu origem, no ano seguinte, à cidade de Natal.

Quando os primeiros colonos chegaram para se fixar na capitania do Rio Grande, a terra do Cunhaú era habitada por índios potiguares, os paiaguá (SUASSUNA, 1997, 50). O topônimo Cunhaú foi dado pelos colonizadores e, segundo Câmara Cascudo (1968, 85), é de origem tupi, significando *bebedouro, aguada das mulheres*. Na verdade esse topônimo foi absorvido da Lagoa do Cunhaú, que já aparecia na cartografia do século XVII. Esse mesmo nome passou a ser usado também para designar a foz do principal rio do vale, a Barra do Cunhaú.

Como a tarefa é escrever sobre a história do Cunhaú, vamos ao encontro da gênese de sua construção. Quanto a isso não há dúvida, os autores são unânimes em afirmar que a sesmaria foi doada em 1604. No mesmo ano não se construiu um engenho nem se fez as lavouras de cana-de-açúcar, mas houve pressa. Percebe-se que pela experiência que a família Albuquerque tinha, a partir da capitania de Pernambuco, teria Jerônimo de Albuquerque logo tratado em construir seu engenho.

A prática da família já era evidente, pois Jerônimo de Albuquerque [o pai] possuiu um dos primeiro engenhos do Brasil, o *Forno de Cal*, nas proximidades de Olinda. Aparentado, que também era, com Duarte Coelho, donatário de Pernambuco e o grande iniciador da atividade açucareira no Nordeste, ajudou nessa empreitada no Rio Grande.

La referencia bibliográfica
Falta página da biblioteca

Quando viajou para a Europa, em busca de sua carta-patente de capitão-mor, em 1599, teve a possibilidade de contrair empréstimos para o seu empreendimento (GALVÃO, 1999, 41). Na época, a península ibérica reunia os maiores poderes econômicos do Ocidente. Também deve ter recebido incentivo das autoridades de quem ganhou as prerrogativas para governar, talvez com instruções de construir um engenho. A instalação e a manutenção de uma empresa agrícola de certa importância exigia consideráveis capitais, que freqüentemente podiam ser conseguidos mediante associação do senhor de terras com financistas ou comerciantes residentes na colônia, na metrópole, ou no estrangeiro (CARDOSO, 1983, 223).

Quando voltou da Europa, Jerônimo de Albuquerque assumiu a regência da capitania do Rio Grande, em 1603, governando até o final de 1610 ou início de 1611 (SOUZA, 1999, 27). Nesse intervalo de tempo o engenho foi erguido. Empreendimento muito oneroso, essa construção coincide com o período em que o mamelúco era o capitão-mor. Antes dos holandeses tomarem a capitania, foi ele o governante que passou mais tempo no poder (SOUZA, 1999, 27).

Sobre o fato da construção do engenho, há uma informação dada pelo padre Serafim Leite na obra *História da Companhia de Jesus no Brasil*, revelando a data de 1607 (GALVÃO, 1999, 249). No documento, o religioso descreveu as várzeas do Rio Grande na primeira década do século XVII e se referiu a *Corimatí na qual se fez também outro ingênio* (MEDEIROS FILHO, 1993, 8).

Sobre a moagem desse primeiro momento não há informação, muito embora Helio Galvão informe que na várzea do Jacu, no mesmo ano, havia muita cana-de-açúcar (1999, 249). Se já existiam canas plantadas no vale do rio Jacu seriam para moer no engenho de Jerônimo de Albuquerque. O outro engenho estava a mais de dez léguas de distância, em Camaratuba. A presença da mesma indica que deveria existir moagem, mas as informações

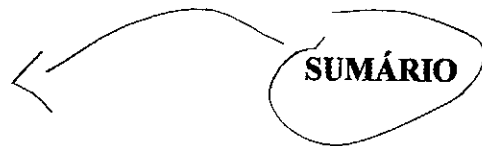
seguras só ocorrem depois da provisão régia, de setembro de 1612, que determinava a repartição das terras da capitania (LIMA, 1937, 286).

Em documento transcrito por Helio Galvão (1999, 254-256), *Rio Grande Capitania de Vossa Majestade*, se informa que no ano de 1611, quando se demarcou a divisa da capitania do Rio Grande com a Paraíba pelo rio Guaju, ficou o engenho de Camartuba para a capitania contígua. O documento que registra a divisão aponta que o engenho de Jerônimo de Albuquerque, no rio Cunhaú, ficava na capitania do Rio Grande, dando, assim, o entendimento de que o empreendimento em construção, em 1607, estava pronto em 1611.

O Cunhaú possui uma história muito rica e pouco explorada. Geralmente só é lembrado pelos massacres, esquecendo-se como as pessoas viviam, como era o trabalho, o que se produzia. Há muito a pesquisar. Talvez essa monografia seja só o início para outros inúmeros trabalhos. Essa pesquisa sobre o engenho é também parte das comemorações dos 400 anos da doação da sesmaria do Cunhaú, ocorrida em 2 de maio de 2004, se estendendo até dezembro. A expectativa é que esta monografia se transforme num livro comemorativo para a data e, por isso, é muito esperado e valioso para todo o Rio Grande do Norte.

Aprendi a amar o que faço e conheço. Não estudei apenas para ter um título, mas porquê essa era uma necessidade para mim e para a comunidade onde vivo. Depois de apresentado, este trabalho não será mais meu, mas de toda a sociedade potiguar, para quem escrevi e continuarei escrevendo.

Lembrando Martin Luther King digo que *talvez não tenhamos conseguido fazer o melhor, mas lutamos para que o melhor fosse feito. [...] Não somos o que deveríamos ser, mas [...] não somos [mais] o que éramos.*



INTRODUÇÃO	14
1 A LUTA PELA TERRA	21
1.1 A disputa inicial pela terra	22
1.2 A terra e a política no período holandês	34
1.3 O retorno da família maranhão ao cunhaú	37
1.4 Os séculos XVIII e XIX: mudança e permanências	39
2 CONFLITOS ENTRE GRUPOS SOCIAIS	44
2.1 Índios, colonos e negros	45
2.2 Acumulando riquezas	51
3 OS GRUPOS SOCIAIS NA DISPUTA PELAS RIQUEZAS	57
3.1 Novas mentalidades de organização social	58
3.2 Reorganização social a partir da segunda metade do século XVII	70
3.3 Conflitos políticos no século XIX	74
CONCLUSÕES	79
REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS	83



INTRODUÇÃO

“Eu me lembro da doçura,
Do sabor da rapadura,
Da garapa e do teu mel.”

(Pinto do Acordeom)

de lá mãe cá muita coisa mudou!

De modo geral, pode-se dizer, como concorda ^{de} Falamarion Cardoso, que se conhece muito melhor, do ponto de vista histórico, a história econômica colonial do Brasil, que do a dos séculos XIX e XX (1983, 205). Os historiadores tradicionais acumularam informações sobre a colônia, mas sem uma preocupação notadamente econômica e legaram um importante acervo, que proporciona novas problematizações muito bem analisadas por economistas e sociólogos a partir de metodologias vindas da Europa e Estados Unidos. ??

O historiador local encontra problemas ao tentar consultar as fontes, atingindo-as apenas indiretamente em obras publicadas por alguns escritores ou por acesso eletrônico. Esse quadro reflete na falta de seqüência de alguns trabalhos ^{??} é muitos vácuos a serem preenchidos por novos pesquisadores que possam dar progressão lógica e coordenada nos esforços para entender a história. Existe uma lacuna de bons estudos sobre a economia colonial feita por historiadores no Rio Grande do Norte. Ao que parece, este é um tema mais explorado por economistas e sociólogos. *(Carreira?)*

que confusão??

??

??
O Rio Grande do Norte foi atingido pela urbanização em uma época mais recente, estando a história do seu povo diretamente ligada às áreas rurais, sendo a contribuição dos engenhos e das fazendas ainda enorme na historiografia. Pensando assim, o presente trabalho é de suma importância ao analisar a política no Engenho Cunhaú em seus vários aspectos como o da mão-de-obra, a constituição agrária e a produção agrícola.

Objetivando identificar as relações de trabalho e produção dentro do engenho, além de investigar a historiografia sobre o assunto, esta monografia disserta sobre a história do Engenho Cunhaú, no município de Canguaretama. Verificando a documentação e a bibliografia, encontrei várias informações que preenchem as lacunas na história colonial potiguar, especial no que se refere ao vale do Cunhaú, onde está localizado o objeto de estudo desta monografia. O recorte da investigação recai na necessidade de englobar um pequeno espaço geográfico e informações escassas.

O corte cronológico, um período longo é claro, se justifica por uma permanência do modelo agrário assumido. Nesse modo peculiar de administrar, o engenho passou em torno de dois séculos e meio. Iniciado com Jerônimo de Albuquerque e seus filhos, no começo do século XVII, esse corte se estende até a metade do século XIX. Entretanto, não significa que no final do corte ocorreu uma ruptura brusca, mas serve como um delineador para um modelo que já não mostrava a eficiência de outrora.

Uma das questões centrais é saber como evoluíram politicamente as relações de trabalho e produção ao longo do recorte cronológico escolhido. Nesse contexto se põe a luta política travada no local. A pesquisa não pretendeu elucidar todas as questões propostas pela historiografia, mas contribuir com novos questionamentos e respostas construídas a partir de novas perspectivas de estudos para o assunto. Não há trabalho dessa magnitude, pois outros pesquisadores se importaram muito mais com a questão religiosa, enfocando a análise no período do domínio holandês.

A conquista da capitania do Rio Grande foi inserida no quadro de ocupação do Nordeste e deu-se a partir do século XVI, quando o interesse mercantilista dos países europeus se direcionou para o comércio de produtos tropicais. Inicialmente não houve a preocupação de colonização efetiva das terras mais interioranas, limitando-se a penetração à faixa litorânea. Sem organizações empresariais formadas ao empreendimento, foi levantada

uma associação do capital mercantil e financeiro com o Estado na expectativa de se completar a expansão comercial e as tentativas de colonização. Assim, a política comercial e colonial transformou-se em elemento essencial na atuação do Estado português.

Mesmo tendo formação e desenvolvimento multiforme e complicado, é possível alguma indicação útil para uma pesquisa das propriedades rurais, pois de um modo geral, parece ter predominado a concessão de terras como propriedade livre e hereditária. Isso não quer dizer que inexistissem limitações ao direito de propriedade. Em todas as colônias era o Estado que patrocinava as concessões de terra, concedidas sob certas condições como a exploração efetiva e delimitação do imóvel.

A disponibilidade do fator terra foi variável conforme as regiões, as épocas e os tipos de produção. Algumas atividades exigiam mais terras, embora por toda a parte se encontrassem meios de possuir mais terras do que as legalmente permitidas. Mesmo assim, foram muito raros os casos em que o não cumprimento de tais condições implicou a perda efetiva da concessão, com a sanção prevista nos regulamentos vigentes (CARDOSO, 1983, 214-216).

No Brasil, o tamanho das sesmarias variou muito, sendo que as maiores foram estabelecidas mais no norte da colônia. Essas variações de tamanho das propriedades estavam correlacionada com o nível técnico e o tipo de atividade implantada. A escolha era seletiva, se buscando as terras que eram adequadas a este ou aquele produto, as mais próximas da costa, dos rios navegáveis, dos caminhos, dos núcleos de população, dos portos. A terra foi o grande recurso natural, por isso deve ser considerado tendo-se em conta o nível técnico e as idéias dos homens da época sobre os vários tipos de solo e sua fertilidade diferencial. Por outro lado, o processo de constituição da propriedade fundiária revestiu-se de características diversas, pois dependia da mão-de-obra e de técnicas de produção.

As propriedades de cana-de-açúcar usavam simultaneamente técnicas agrícolas e industriais, e o nível técnico poderia ser distinto nos dois setores da atividade da atividade produtora. Na época, Brasil se caracterizou por estar no mais baixo nível técnico entre as colônias escravistas na América, principalmente pela abundância de terra favorecia o emprego de técnicas agrícolas rudimentares.

Essa técnica colonial foi constituída a partir de elementos europeu e indígena, o que parece ter levado a uma regressão, pois os processos agrícolas adotados foram aqueles, muito primitivos, praticados pelos indígenas que somente conheciam uma agricultura itinerante, baseada na roça e no uso de um instrumental extremamente grosseiro (CARDOSO, 1983, 222). Essas técnicas se perpetuam até o século XIX.

Dispersa, como parecia, a população indígena era constituída de caçadores, pescadores ou coletores, com ou sem agricultura itinerante de baixas técnicas, e não contribuía com o sistema econômico que se pretendia instalar. Formou-se, então, uma população *euro-africana* com estabelecimento de mão-de-obra indígena e, sobretudo, africana estabelecendo plantações de alimentos ou de matérias-primas tropicais de grande demanda na Europa, como a cana-de-açúcar (CARDOSO, 1983, 217-218).

O Engenho Cunhaú era movido a água, como informou Olavo de Medeiros Filho (1993, 8), um engenho real. Esse tipo era o maior da época, não sendo um empreendimento barato. Precisou Jerônimo de Albuquerque de muito recurso para pô-lo em funcionamento. Embora com técnicas agrícolas antiquadas, um engenho açucareiro hidráulico, diz Ciro Flamarion Cardoso, muito embora tosco, supunha técnicas um pouco mais sofisticadas (1983, 221). Já as supostas minas do Cunhaú exploravam ferro, possivelmente a partir de processos africanos de metalurgia, pois a população indígena era constituída de caçadores, pescadores ou coletores. Tratando-se da mineração, muitos aspectos técnicos continuam mal conhecidos.

Todo esse processo de ocupação e colonização inicial foi comandado por condições exteriores. Os portugueses, inicialmente, objetivavam o abastecimento do mercado europeu com produtos tropicais e metais preciosos da colônia. Classificando a economia, tendo como critério o tipo de produção e o tipo de vinculação com o mercado, podemos distinguir um setor produtivo voltado para a exportação, como é o caso da agricultura tropical, e o setor que produzia para os mercados locais ou intercoloniais, como a agricultura e a pecuária. Ainda cabe um outro setor produtivo que se dedicava à economia de subsistência, sem vinculação permanente com o mercado (CARDOSO, 1983, 225).

Num todo, o Brasil colonial possuiu seus núcleos exportadores, mineiros ou agrícolas, que produziram para o grande comércio oceânico e para o abastecimento dos mercados metropolitanos. Esses tais núcleos exportadores geravam zonas subsidiárias de produção que se aprovisionavam de alimentos, mão-de-obra indígena, matérias-primas e animais de tração. No Nordeste formou-se, nos séculos XVI e XVII, um primeiro núcleo exportador de açúcar. Foi em função desse núcleo que se desenvolveram outras zonas para complementavam a produção de açúcar.

A aguardente, produzida ao lado do açúcar, era destinada em grande parte ao mercado local e também exportada para a África. Em certos casos, pequenos estabelecimentos e regiões subsidiárias especializavam-se exclusivamente na produção de aguardente, menos complicada e mais barata do que a de açúcar (CARDOSO, 1983, 225-226). A pecuária, no Rio Grande, foi praticada extensivamente, produzindo animais de carga para o transporte e para força motriz dos engenhos não hidráulicos, constituindo um elemento econômico fundamental.

O Engenho Cunhaú se enquadra melhor nessa zona subsidiária, até certo ponto muito dependente dos núcleos exportadores. A manipulação dos preços dos produtos exportados e importados pelas colônias era rigorosa, mas compensada e mesmo reduzida pelo

comércio ilícito e pela pressão dos interesses coloniais. Muitas vezes foi a incapacidade metropolitana de atender a crescente demanda colonial que abriu oportunidades para o comércio intercolonial. Nem sempre a política metropolitana relativa às colônias deram-lhes as estruturas econômicas planejadas. Estas não foram um resultado simples das necessidades, desejos e objetivos da potência imperial, pois a metrópole não controlava todos fatores do processo como recursos naturais e condição geográfica da colônia.

Em outras épocas, ^{quem? que?} o mesmo continuou como cenário de lutas políticas e centro de riqueza na capitania, como ocorreu no período do domínio holandês, no século XVII. Na Guerra do Bárbaro, o Cunhaú era ponto de apoio com Afonso de Albuquerque Maranhão, continuando poderoso no século XVIII. No século XIX, ocorre o ápice com André de Albuquerque Maranhão administrando a mais rica propriedade da capitania e reunindo a família para sublevar contra a corte.

O objetivo do primeiro capítulo é analisar a política de distribuição de terras e a constituição agrária no vale do Cunhaú, onde a família Maranhão se fixou. Ao longo do período pesquisado predominou o sistema de doação de sesmarias, com pequenas variações como na época de domínio holandês. Depois de 1822, o sistema de sesmarias deixou de valer e preponderou a posse. Durante todas essas fases a família Maranhão cresceu em número, riqueza e poder político. A luta inicial pela terra foi intensa, não só para tomá-la dos indígenas, mas para garantir a posse das melhores terras da capitania.

Nesse processo de disputas, as diferenças individuais se mostraram profundas entre os conquistadores, muito embora seus objetivos comuns se confundissem com relação a estarem lutando em favor de um mesmo monarca europeu. As disputas posteriores ocorrem em relação a um poder local e na expansão para terras no interior, mas dentro da própria capitania. Essa expansão em território fez crescer economicamente a família Maranhão, que

explorava os recursos naturais e também a mão-de-obra daqueles não que possuíam terras para sua própria produção.

O objetivo do segundo capítulo é analisar, a partir de uma pesquisa bibliográfica e documental, a mão-de-obra no Engenho Cunhaú. A pesquisa traz as conclusões sobre quem trabalhava no engenho nos diversos períodos proposto no corte cronológico. Em especial há uma tentativa de elucidação sobre a problemática da utilização de indígenas como cativos ou trabalhadores livres e como evolui a mão-de-obra dentro do corte cronológico.

Em destaque a contribuição do trabalho indígena na fase inicial da produção do engenho, numa análise do uso da mão-de-obra escrava e livre a partir do século XVIII. Também, no segundo capítulo, se objetiva um estudo sobre os trabalhadores livres, tentando identifica-los em suas devidas funções no engenho. Quanto aos negros, as fontes permitem uma quantificação que desemboca numa análise mais direta, muita embora muito envolta em dúvidas pelas friezas dos dados. Saber quem trabalhava e como trabalhavam é a finalidade cabal do estudo.

O terceiro capítulo se propõe a analisar a produção no Engenho Cunhaú, a partir das fontes nas principais entidades ligadas a preservação da memória no Rio Grande do Norte. A pesquisa traz as conclusões sobre os produtos e a produtividade do engenho nos diversos períodos ao longo do corte cronológico proposto. Em especial há uma tentativa de elucidação sobre a problemática da produção. Saber quais eram os produtos e como eram produzidos são os pontos de partidas, porém questionando o porquê da produção, sua finalidade. Ligado ao tema da produção também se faz um estudo relacionando a utilização da mão-de-obra e o mercado. A tentativa é identificar como o mercado influenciou a produção e a utilização da mão-de-obra. Por abranger um corte cronológico extenso, as comparações entre os vários períodos estudados são por demais elucidativa.

1 A LUTA PELA TERRA

“Engenho velho gemedor...
Hoje passando em teu terreiro,
Oh! Meu velho pioneiro,
Que saudade que me deu.”
(Pinto do Acordeom)

O objetivo deste capítulo é analisar a política de distribuição de terras e a constituição agrária no vale do Cunhaú, onde a família Maranhão se fixou. Ao longo do período pesquisado predominou o sistema de doação de sesmarias, com pequenas variações como na época de domínio holandês e a partir 1695, quando o Senado da Câmara de Natal informou que as terras da capitania do Rio Grande estavam todas doadas (apud CASCUDO, 1984, 100). Depois de 1822, o sistema de sesmarias deixou de valer e preponderou a posse. Durante todas essas fases a família Maranhão cresceu em número, riqueza e poder político.

A luta inicial pela terra foi intensa, não só para tomá-la dos indígenas, mas para garantir a posse das melhores terras da capitania. Nesse processo de disputas, as diferenças individuais se mostraram profundas entre os conquistadores, muito embora seus objetivos comuns se confundissem com relação a estarem lutando em favor de um mesmo monarca europeu.

As disputas posteriores ocorrem em relação a um poder local e na expansão para terras no interior, mas dentro da própria capitania. Essa expansão em território fez crescer economicamente a família Maranhão, que explorava os recursos naturais e também a mão-de-obra daqueles não que possuíam terras para sua própria produção.

1.1 A disputa inicial pela terra.

Foi a partir da cidade do Natal que a colonização do Rio Grande do Norte tomou impulso. Logo foram concedidas as sesmarias que garantiriam institucionalmente a posse das terras tomadas dos índios potiguares. O primeiro lote de terra doado no Rio Grande foi entregue por Manoel de Mascarenhas Homem a João Rodrigues Colaço, a 9 de janeiro de 1600, um pouco antes de ser empossado no cargo de capitão-mor da capitania (SOUZA, 1999, 29). Em 30 meses no governo, entre 1600 e 1603, João Rodrigues Colaço doou 51¹ sesmarias, sendo 35% concentradas em Natal e as outras às margens dos rios do litoral oriental do Rio Grande (SOUZA, 1999, 29).

De um modo geral, predominou a concessão de terras como propriedade livre e hereditária, mas isso não quer dizer que, em certos casos, inexistissem em princípio, limitações ao direito de propriedade, pois em todas as colônias a terra era concedida sob certas condições como a exploração efetiva e a delimitação do imóvel (CARDOSO, 1983, 215). Na faixa litorânea do Rio Grande, ocupada no início da colonização, os conquistadores fizeram as primeiras experiências com a cultura da cana, que se estabeleceu primeiro no vale do Cunhaú.

Como predominou a concessão gratuita, efetivou-se uma disputa seletiva pela terra que buscava alcançar os terrenos que eram adequados a este ou aquele produto: as mais próximas da costa, dos rios navegáveis, dos caminhos, dos núcleos de população, dos portos, etc (CARDOSO, 1983, 216). No início do século ¹⁷~~VXII~~, surgiu um núcleo de povoamento e produção, o Engenho Cunhaú, onde a distribuição das sesmarias era intencionada ao favorecimento um grupo familiar, os Albuquerque Maranhão.

¹ Rocha Pombo escreveu como sendo *umas 50 concessões* (1922, 49). É Itamar de Souza que especifica em 51 as sesmarias concedidas (1999, 29).

Essa família, aparentemente, monopolizou a distribuição de terras num vale muito importante da capitania. As sesmarias que não foram doadas por Jerônimo de Albuquerque correspondem a 8.440 hectares, dois terços da que deu a seus filhos.

Entre 1600 e 1633, foram distribuídas nove sesmarias no vale do Cunhaú. Dessas, apenas duas não foram concedidas por Jerônimo de Albuquerque: a número 22 e a de número 181². A primeira foi concedida por João Rodrigues Colaço, em abril de 1601, a um religioso, o padre Gaspar Gonçalves da Rocha³, e ocupava 1200 braças a partir da foz do rio Curimataú (BARRETO, 1985, 33). Quando dessa doação observa-se a ausência de Jerônimo de Albuquerque na capitania. Estava ele fora da colônia, entre Lisboa e Madrid, desde 1599. Partiu logo após a conquista que ajudou a fazer e só voltou, em 1603, com a patente para governa-la (GALVÃO, 1999, 41).

A segunda sesmaria não doada por Jerônimo de Albuquerque, a de número 181, foi recebida por Manoel Rodrigues através do capitão-mor Francisco Caldeira Castelo Branco, em dezembro de 1613, em terras entre a aldeia de Jacumauma e o rio Curimataú (BARRETO, 1985, 34). Essa data media uma légua quadrada e era vizinha a terra dos filhos de Jerônimo de Albuquerque. O mesmo encontrava-se na capitania, mas não conseguiu impedir a doação. A Francisco Caldeira Castelo Branco teria cedido pelas pressões das circunstâncias. Por coincidência, Francisco Caldeira Castelo Branco é o único capitão-mor a conceder uma sesmaria no vale do Cunhaú, estando Jerônimo de Albuquerque presente na capitania do Rio Grande.

² Essa numeração é de acordo com o Auto de Repartição das Terras da Capitania do Rio Grande.

³ Rocha Pombo diz que o padre Gaspar Gonçalves da Rocha chegou a fazer fortuna nas terras que recebeu. Foram quatro sesmarias concedidas por João Rodrigues Colaço, sem contar as recebidas de Jerônimo de Albuquerque ao primeiro vigário de Natal (1922, 50).

O escritor paraense, Teodoro Braga⁴, relatou que diante de Castelo Branco, Jerônimo de Albuquerque revelou um caráter medroso e fraco. (GALVÃO, 1999, 41). Diz Cascudo, também a partir de Teodoro Braga, ^{de} que era Castelo Branco de *Gênio mau, rixoso e autoritário* (1989, 100). Sob seu governo ocorreu o auto da repartição das terras da capitania, inclusive com o obscuro mestre-de-engenho Jerônimo Mateus (SOARES, 1985, 28) espionando as posses de Antônio e Matias. Houve perturbações entre Castelo Branco e Maranhão, muito embora tenham sido aliados na reconquista do litoral ao norte do país.

As outras sete sesmarias⁵ no vale do Cunhaú foram todas concedidas por Jerônimo de Albuquerque, enquanto era capitão-mor da capitania do Rio Grande. Duas foram dadas a Gregório Pinheiro, em abril de 1604 e abril de 1607. Mais duas sesmarias foram entregues a parentes de Jerônimo de Albuquerque, as datas 66 e 153: a primeira foi dada, em maio de 1604, a Dona Urçula, filha de João de Albuquerque e Antônia Cavalcanti; a segunda foi dada a Maria de Albuquerque. Ambas com 200 braças (BARRETO, 1985, 33-34).

Ainda recebeu Antônio Rodrigues Leitão cem braças de terra em quadra, em junho de 1607, e Jerônimo Fragoso uma sesmaria de duas léguas de largura, em março de 1610 (BARRETO, 1985, 34). José Jácome Barreto (1985, 34), enumerando as primeiras doações de terras no território de Canguaretama, aponta que as sesmarias de Jerônimo Fragoso e Maria de Albuquerque foram doadas em 1610, quando deveria Jerônimo de Albuquerque estar nos últimos dias de governo, tentando a todo custo se prolongar no poder e era obedecido. Lourenço Peixoto Cirne governou a capitania logo depois (SOUZA, 1999, 29). Foram 15.000 hectares ao longo do rio Curimataú doados por Jerônimo de Albuquerque, sem contar os 12.100 hectares que doou a seus filhos.

⁴ Helio Galvão encontrou muitas referências ao comportamento irregular de Jerônimo de Albuquerque em autores de outros estados brasileiros como, por exemplo, Teodoro Braga na obra *História do Pará*, p. 49.

⁵ Essas sesmarias mais antigas foram concedidas antes da invasão holandesa, em 1633, e transcritas por José Jácome Barreto no livro *Canguaretama centenária*, p. 33, 34 a 35. Originalmente as sesmarias foram registradas no Auto de repartição das terras da capitania do Rio Grande.

Sobre os lotes de terras concedidas a Gregório Pinheiro, Hélio Galvão diz que foi feito pedido de concessão como ocupante e que o Ouvidor Geral do Estado do Brasil, desembargador Manoel Pinto da Rocha, e o capitão-mor de Pernambuco, Alexandre de Moura, deferiram o despacho da petição em *derradeiro de fevereiro de 1614*, com uma única imposição: *plantará de canna a terra que for pera isso avendo a falta della no Engenho de Hieronimo de Albuquerque com as condições costumadas* (GALVÃO, 1986, 71 e 72). Como vemos, às concessões de terras se impunha a submissão do vizinho a plantar canas para moer no Engenho Cunhaú, em clara intenção de favorecimento à família Albuquerque Maranhão.

Pessoas como Gregório Pinheiro recebiam seus lotes, se tornavam sesmeiros, mas não tinham condições de montar um engenho ou fazer grandes investimentos. Assim, eram quase sempre obrigadas a plantar as canas para moerem num engenho mais próximo. Além de Gregório Pinheiro, deveriam existir outros que foram proprietários, mas que dependiam das vontades do senhor do Cunhaú. Nas ocasiões de maior necessidade de mão-de-obra ou quando se necessitava de capangas para reprimir escravos, enfrentar inimigos ou se defender de ataques indígenas, essas pessoas eram arregimentadas para lutar em defesa do proprietário senhor de engenho, como demonstrou Manuel Correia de Andrade (1981, 15).

A sesmaria que doou a seus filhos Antônio e Matias de Albuquerque, entre todas, foi a que mais expressou o modo paternalista e paternalista de Jerônimo de Albuquerque governar a capitania. Quanto a isso escreveu Hélio Galvão (1999, 41) que este sempre revelou a propensão em beneficiar os parentes mais próximos. Até quando foi para o Maranhão levou filhos, sobrinhos e outros parentes. Assumindo o governo da capitania do Rio Grande em agosto de 1603, permaneceu no cargo até pelo menos no final do ano de 1609 ou início de 1610. Foram mais de seis anos no governo. Entre 1600 e 1633, antes da tomada da capitania pelos holandeses, foi o capitão-mor que mais tempo passou no governo da mesma (SOUZA, 1999, 29). Agindo em seu próprio favor, em dois de maio de 1604, o capitão mor

fez a doação de uma sesmaria que media cinco mil braças, ocupando a melhor parte do vale do Cunhaú.

A data que doou aos filhos tomou o número de ordem sessenta e cinco no auto referente ao levantamento das terras até então concedidas na capitania do Rio Grande, sendo o seguinte teor publicado por Olavo de Medeiros Filho (1993, 7-8):

Ha data sesenta e cinco deu jerônimo dalbuquerque a seu filho Antonio dalborqueque em dous de maio de seis sentos e quatro e assim a Mathias dalbuquerque, a qual data he sinco mil braças de terra em quadra na varze de cunhaú comesando a medir donde entra a ribeira de piquis em curimatú, desta terra se cuidou no principio pellas grandeza das várzeas, e boas e muitas agoas que se podião fazer nellas sinco ou seis emgenhos de açuquar, Andando ho tempo mostrou a esperiência não ser a terra toda boa para cannas por se averem plantado na dita várzea em algumas partes sem naser por a çequidão da terra, e outra por ser muito alaguada, todavia alem do emgenho que hoje tem feito jerônimo dalbuquerque e de agoa se pode ainda fazer outro de agoa tão bem, pêra o qual tem ya atirado o liuel e vay prantar cannas.

Luis da Câmara Cascudo, em sua *História do Rio Grande do Norte* (1984, 58), escreveu:

A 2 de maio de 1604 doou Jerônimo d'Albuquerque aos seus filhos Antônio e Matias uma sesmaria de Cinco mil braças quadradas na várzea do Cunhaú, começando donde entre a ribeira do Piqueri e duas léguas em Canguaretama.

Nestor dos Santos Lima, baseado em informações de Vicente Lemos, na obra *Municípios do Rio Grande do Norte* (1937, 286), também contribuiu:

Uma sesmaria de 5.000 braças quadradas na várzea do "Cunhaú"; começando donde entra a ribeira do Piques (Piquery) em "Curimataú", e duas léguas em Canguaretama, tendo os doados construído um engenho, que tomou o nome daquela várzea isto é, "Cunhaú".

Essa sesmaria foi considerada excessiva e sem benfeitorias pelas autoridades metropolitanas. Câmara Cascudo (1984, 58) diz que *o Rei achou excessiva a doação e mandou, em 1612, repartir*. Chegou a gerar escândalos na corte e, como disse Helio Galvão (1999, 41), por conta disso, teria que ser redistribuída. Rocha Pombo (1922, 55) escreveu que *o rei teve de reduzir de metade a munificencia do capitão-mor*. Nestor Lima (1937, 286) diz que *não aprovou, porém, a Metropole, essa concessão, que foi considerada exorbitante e porque não tinha tinham feito bemfeitorias os seus concessionarios*.

O Auto de Repartição das terras da capitania do Rio Grande foi instituído em setembro de 1612, entretanto, apenas em maio de 1614, Alexandre de Moura chegou para proceder a tarefa e encontrou um engenho e plantações de cana na mencionada sesmaria (LIMA, 1937, 286). Dessa forma, ao invés de redistribuir as terras da mesma, foi confirmada a metade da sesmaria a Antônio e Matias de Albuquerque. Como também disse Cascudo (1984, 58): *retiraram a metade da doação*.

Ao que parece, a parte retirada foi as *duas léguas* citadas por Câmara Cascudo (1984, 58) e Nestor Lima (1937, 286). Mas, Jerônimo de Albuquerque se impôs com seu poder e não deixou que ocorresse a divisão das terras. A lei foi letra morta. Essa medida nunca foi cumprida. Só em agosto de 1828, dez anos depois da morte de Jerônimo de Albuquerque, e quatorze anos depois da decisão, é que a repartição foi confirmada (LIMA, 1937, 286). Entretanto, em 1823, quando do inventário de dona Antônia do Espírito Santo Ribeiro, aparecem mais três léguas de terra (apud MEDEIROS FILHO, 1993, 41).

Mesmo com a confirmação⁶, não ocorreu mais nenhuma doação de terras no vale. Se a metade da sesmaria foi confirmada para os donos, a outra parte não foi distribuída para ninguém. A ocupação do vale pelos holandeses, seis anos depois, também contribuiu na integridade da sesmaria. Quanto a ocorrência de distribuição de terras entre 1630 e 1654, não se sabe se houve e como foi, pois os holandeses atearam fogo nos documentos quando da fuga, como afirmou Câmara Cascudo (1984, 93). Assim, a área do vale do Cunhaú continuou sem receber outras doações, por parte dos portugueses, até 1660.

Foram muito raros em todo o território colonial os casos em que o não cumprimento das condições imposta pela metrópole implicou, efetivamente, na perda da concessão, com a sanção prevista nos regulamentos vigentes (CARDOSO, 1983, 215).

⁶ Paulo Fernandes Arcoverde de Albuquerque Maranhão, integrante da antiga *Casa de Cunhaú*, trineto de Dendé Arcoverde, me informou verbalmente que a sesmaria foi confirmada na íntegra a Antônio de Albuquerque, mas não encontrei nenhuma fonte documental sobre o assunto.

Usando de seu prestígio, a família Albuquerque Maranhão protelou sobre as decisões do governo para beneficiar os familiares. Há alguns exemplos que tratam dessa suspeita de má intenção quando Bento Maciel Parente arrolou numerosas pessoas conhecedoras de fatos e articulou contra Jerônimo de Albuquerque acusações muito graves de favorecimento ilícito, de ser remisso e incapaz em servir a sua majestade (GALVÃO, 1999, 41). Devido a essas acusações, Bento Maciel sofreu as maiores injustiças, pois o poder de Jerônimo era grande. Até Diogo de Campos Moreno suspeitou de suas ações e lhe fez fortes advertências (GALVÃO, 1999, 41), mas nada abalou seus planos pessoais.

Quanto a Alexandre de Moura, é importante se dizer que veio ele à capitania para proceder a repartição das terras, lutou ao lado de Jerônimo de Albuquerque comandando tropas contra os franceses no Maranhão, entre 1614 e 1615. Eram companheiros, tinham interesses comuns logo após o Auto de Repartição. O próprio Alexandre de Moura foi quem escolheu Jerônimo de Albuquerque para governar o Maranhão logo após a conquista (SOUZA, 1999, 103) e não iria prejudica-lo nos planos que tinha no Rio Grande.

Jerônimo de Albuquerque era um aliado que ninguém queria perder, como disse Dom Gaspar de Sousa em instruções secretas a Alexandre de Moura: *sem yndios não se pode fazer guerra e sem jerônimo dalbuquerque não temos yndios*⁷ (GALVÃO, 1999, 40). Sabia ele tratar com a política e com o poder para se beneficiar, usando as armas que fosse possível usar.

Não se julgue, pelas exposições feitas, Jerônimo de Albuquerque como o responsável pela repartição das terras da capitania feita pela Coroa. Em relação ao tamanho, a sesmaria do Cunhaú se enquadrava na média do que ocorria em outros lugares da colônia, como confirma Luiz Koshiba (apud SOUZA, 1999, 29). No Brasil, o tamanho das concessões

⁷ Em suas notas de final de capítulo, Helio Galvão diz que essas *Instruções secretas a Alexandre de Moura* são do Livro primeiro do governo do Brasil, p. 121.

oscilava drasticamente e, de um modo geral, eram muito maiores no norte do que no sul da colônia (CARDOSO, 1983, 216). Entretanto, doações sem critérios foram comuns na capitania do Rio Grande, como disse Rocha Pombo (1922, 50) que as datas de terras eram dadas a quem quisesse e que havia repetição de doações às mesmas pessoas e excesso nas quantidades. Até filhas solteiras e menores as recebiam. A doação a Maria de Albuquerque parece ter sido um exemplo disso.

Aos padres da Companhia de Jesus foram dadas em torno de *dez léguas de campos e terras de lavoura* (POMBO, 1922, 50). Muitas dessas propriedades foram vendidas mesmo antes de serem confirmadas, como relatou Rocha Pombo (1922, 50) e disse também que o padre Gaspar Gonçalves da Rocha chegou a fazer fortuna nas que recebeu. Foram quatro sesmarias concedidas por João Rodrigues Colaço, sem contar as recebidas de Jerônimo de Albuquerque.

Foram essas irregularidades que levou o governo a decidir por uma reorganização na distribuição, pois nos doze primeiros anos de administração na capitania foram concedidas perto de duzentas cartas de posse provisória, a maior parte já sem efeito (POMBO, 1922, 50). Quanto às notícias do escândalo causado na Corte pelo tamanho da sesmaria do Cunhaú, como diz Helio Galvão (1999, 41), deve ter sido mais uma ação dos opositores de Jerônimo do que uma reação ao excesso de terra para os filhos do capitão-mor. Além do mais, como coloca Rocha Pombo (1922, 55), não havia muita gente a quem fazer concessão e, por isso, *não hesitou [Jerônimo] em aquinhoar largamente aos poucos que se atreviam a ser pioneiros ali, numa terra que parecia ser mais difícil prover de gente que de conquistar.*

Entre 1615 e 1618, depois do auto da repartição, era apenas de Cunhaú que saía a receita pública, proveniente da fraca produção de aguardente e açúcar (POMBO, 1922, 84). Se o Cunhaú foi considerado sem benfeitorias, outras sesmarias não se mostraram

diferentes. Câmara Cascudo (1984, 59) aponta que *Nas vésperas do domínio holandês a capitania quase que se limitava a um âmbito redondo de 15 a 18 léguas, sesmarias sem benefícios em sua maioria*. Rocha Pombo (1922, 55) relatou que *foram os parentes de Jeronimo os primeiro que se fixaram naquelles campos, e por ali fizeram alguma coisa [...] desenvolveram grandes lavouras*.

Em tamanho, a sesmária do Cunháú e suas vizinhas do vale estavam no padrão médio apresentado por Luiz Koshiba, que era de uma a quatro léguas (apud SOUZA, 1999, 29). As concessões, de um modo geral, variavam muito com ^o escreveu Ciro Flamarion Cardoso (1983, 216), e foram de extensões maiores nas regiões localizadas mais ao norte dentro da colônia portuguesa na América e por toda a parte se encontravam meios de possuir mais terras do que as legalmente permitidas. O estudo de tais variações deve, logicamente, considerar o nível técnico e o tipo de atividade que se implantava no lote recebido. Com técnicas atrasadas era preciso mais terras para aumentar a produção.

Nos documentos das sesmarias geralmente se apresentava a extensão como se fosse a área. Há um problema de interpretação nessas medidas, pois são descritas com medidas de distâncias e não de área, aparecendo a braça, o palmo e a légua. Além disso, a medida em braça e em légua, que são as mais comuns nos documentos de sesmarias, dificulta muito a mensuração da terra, já que são antigas e sem muita precisão.

Em várias consultas que fiz para me certificar sobre a equivalência da braça, encontrei uma referência muito importante e esclarecedora para o assunto na carta de doação da sesmaria de João Rodrigues Colaço, no último janeiro do século XVI. No documento (apud GALVÃO, 1999, 247) está o conteúdo seguinte: [...] *ao longo do rio oitocentas braças o sítio que lhe parecer para tomar as ditas braças que pode de dez palmos cada uma [...]*. O palmo é uma medição de comprimento muito imprecisa, mas que ordinariamente pode ser

estipulada entre 20 e 25 centímetros. Essa medida leva a conclusão de que uma braça equivalia, à época, as aproximadamente 2,2 metros.

A partir desses dados a conclusão que tenho é que a sesmaria de Antônio e Matias foi mensurada também em braças de dez palmos e que cada braça pode ser estipulada, então, em dois metros e vinte centímetros. A área das cinco mil braças em quadra equivale, dessa forma, a doze mil e cem hectares. Em outra linguagem da época essa área equivaleria a menos de duas léguas em quadro. Uma grande propriedade para os dias atuais, nessa mesma região, mas aceitável para o período em que foi doada pela metrópole, estando dentro da média proposta por Koshiha de uma a quadro léguas (apud SOUZA, 1999, 29). Mesmo que se somasse as cinco mil braças com as duas léguas⁸ em Canguaretama não se alcançaria as quatro léguas propostas por Koshiha.

Devido à notoriedade que a sesmaria ganhou na historiografia de que seria exorbitante o seu tamanho e que tivesse contribuído, assim, para o auto de repartição das terras da capitania, usei uma interpretação que alongou ao máximo sua extensão. Utilizando outros critérios de mensuração, a área da sesmaria pode ser reduzida a metade. Mesmo sendo extensa, a sesmaria teria uma grande parte ocupada pelo manguezal e que nem toda a terra seria agricultável para a época, pois que começava no encontro do rio Pequiri com o Curimataú.

Jerônimo de Albuquerque escolheu muito bem a área para construir seu engenho (MEDEIROS FILHO, 1993, 8), pois estas eram as melhores terras da capitania (SOUZA, 1999, 103). Olavo de Medeiros Filho diz que Jerônimo de Albuquerque construiu o engenho, muito embora fosse a terra em nome de seus filhos, numa intercessão com Hélio Galvão e Câmara Cascudo, que também informam de maneira semelhante.

⁸ Não se menciona que essas duas léguas eram em quadro.

Afastada de Natal, a sesmaria do Cunhaú ocupava o litoral sul, de onde viera Jerônimo e os filhos, da capitania de Pernambuco. Era ao sul que estavam os pontos explorados e as estradas conhecidas (MEDEIROS, 1973, 30), a ligação com Pernambuco, de onde vieram os conquistadores. Naquela capitania, o patrono da família no Brasil, seu homônimo pai, possuía laços sangüíneos com o donatário Duarte Coelho.

O padre Serafim Leite na obra *História da Companhia de Jesus no Brasil*, descreveu as várzeas da capitania do Rio Grande, em 1607, e se referiu ao vale do Cunhaú, onde havia terras, águas e lenhas suficientes para oito engenhos (GALVÃO, 1999, 249). Um exagero talvez, pois Jerônimo Mateus, sinistro mestre-de-engenho da Paraíba, calculou em dois os engenhos que funcionariam em boas condições, em 1614.

Diz Hélio Galvão (1999, 40-41) que Jerônimo de Albuquerque era homem conhecedor do poder, aliado de confiança dos portugueses. Pela experiência da família em Pernambuco, teria tratado logo em construir seu engenho, pois seu pai foi proprietário de um dos primeiros engenhos do Brasil, o *Forno de Cal* (BRANDÃO, 1985, 33). Com certeza a escolha do vale não poderia ser mais óbvia, pois ele teria conhecido as terras litorâneas do sul da capitania do Rio Grande quando de suas idas e vindas a Pernambuco.

A cana-de-açúcar acompanhou o desbravador, se instalando onde o clima e o solo permitiram. Diferente do que ocorre em Pernambuco, a zona da mata⁹ potiguar se restringe às várzeas dos rios que deságuam no oceano Atlântico (ANDRADE, 1986, 25). Fora dessas predominam os tabuleiros e nesses espaços entre as várzeas se adaptou muito bem o gado.

Os rios de um vale como o Cunhaú, com seus trechos navegáveis, também facilitavam muito a locomoção de pessoas e o embarque de mercadorias para Pernambuco. Através da foz do rio Cunhaú, no oceano Atlântico, o comércio da região se faria com grande

⁹ Manuel Correia de Andrade fez um estudo bastante elucidativo a respeito da zona da mata.

facilidade. Além disso, havia outros pequenos rios que serviam ao abastecimento de água de consumo da população, irrigação dos canaviais e para mover a moenda.

Sobre como era o rio Cunhaú¹⁰, disse Gaspar Paraupaba ser *um grande rio que se pode subir até longe com um iate* (apud MEDEIROS FILHO, 1993, 11). Adriano Verdonck falou das *barcas que [pelo rio] iam carregar açúcar no engenho*¹¹. Maurício de Nassau relatou ao Conselho dos XIX, em 1638, que *o principal porto dessa capitania é o mesmo Rio Grande, e depois a Barra do Cunhaú* (apud GALVÃO, 1999, 290).

A metrópole queria, então, mais engenhos num vale tão promissor como diz o traslado do auto da repartição das terras da capitania do Rio Grande (apud MEDEIROS FILHO, 1993, 7-8), em 1614, que na sesmaria do Cunhaú havia condições para a implantação de cinco ou seis outros engenhos de açúcar. Também em 1614, Jerônimo Mateus recebeu a incumbência de examinar as terras do Cunhaú e declarou ao desembargador Manoel Pinto da Rocha e a Alexandre de Moura que *as terras do Cunhaú eram em quantidade capazes de três ou quatro engenhos* (SOARES, 1985, 28).

Desde logo cedo, Jerônimo de Albuquerque preparou sua estratégia. Participou da conquista da capitania, viajou a Europa para conseguir a carta-patente de capitão-mor e também deu terras a pessoas que servissem aos seus planos. Quando foi obrigado a promover as benfeitorias exigidas pela Coroa, ele pressionou os vizinhos para que plantassem cana para moerem em seu engenho, como já disse Helio Galvão com o exemplo de Gregório Pinheiro. Entre 1615 e 1618, era apenas de Cunhaú que saía a receita pública, proveniente da fraca produção de aguardente e açúcar (POMBO, 1922, 84).

¹⁰ O rio Curimataú também é chamado Cunhaú em sua parte mais baixa, próximo ao litoral.

¹¹ Há uma transcrição do original em francês feita por Helio Galvão onde está escrito: Curimataú, une grande rivière qu'on peut remonter assez loin avec un yacht, a un moulin à sucre, à trois lieus de la mer. A tradução para o português é de Olavo de Medeiros Filho.

Cunhaú, afastado do centro administrativo, parecia compor em um centro de poder paralelo ao da capitania. Seus primeiros donos foram capitães-mores no Rio Grande, Paraíba, Maranhão e Pará (SOUZA, 1999, 103-104). Mesmo com a tomada de Natal pelos holandeses em dezembro de 1633, o Cunhaú permaneceu sobre a égide portuguesa até outubro de 1634, protegido por uma pequena fortificação que possuía na foz do rio que lhe dava acesso (CASCUDO, 1984, 66). Os principais autores que escreveram sobre a história colonial potiguar, como Helio Galvão (1999), Câmara Cascudo (1984) e Rocha Pombo (1922) fazem comentários sobre o Fortim da barra do Cunhaú.

Já depois da morte de Jerônimo de Albuquerque, seu filho, Antônio de Albuquerque, apontado pelos holandeses como o dono do Engenho Cunhaú, foi capitão-mor no Maranhão e na Paraíba, numa época em que já havia uma produção confirmada no engenho (SOUZA, 1999, 104). Herdou também, Antônio de Albuquerque, o contato íntimo com o poder, muito embora o padre José de Moraes tenha dito que não ele herdou o respeito (apud GALVÃO, 1999, 41). Em suas mãos o engenho era a principal propriedade da capitania, quando também desfrutou do mais relativo sossego (POMBO, 1922, 86).

1.2 A terra e a política no período holandês

Com a conquista militar dos holandeses, a Companhia das Índias Ocidentais confiscou as terras dos portugueses. Logo o engenho passou às mãos da burguesia holandesa no Brasil. A família Maranhão, que lutava em favor do monarca ibérico, foi obrigada a se retirar de suas terras, pois não juraria obediência aos holandeses.

Diz Luiz Eduardo Suassuna (1997, 86) que *as terras sem donos e incultas seriam dadas pelos conselheiros políticos a quem as utilizasse com proveito*. Essa lei valeu

antes da chegada do governador João de Maurício de Nassau, em 1636, mas não encontrei documentos sobre concessão de terras do Cunhaú pelos holandeses. Nessa época as terras não foram distribuídas como deveriam. Em 1637, um conselheiro político, que deveria distribuir as terras, foi quem comprou o Cunhaú a Companhia das Índias (apud MEDEIROS FILHO, 1993, 12-13).

Assim como os portugueses, os holandeses entregaram as terras do Cunhaú a pessoas de prestígio político e militar. Na intenção de tomar a posição dos portugueses que dominavam a colônia, o holandês não destruiu a infra-estrutura que encontrou montada. Ao dominar militarmente, assumiram os lucros e privilégios que os portugueses controlavam anteriormente na colônia (ANDRADE, 1986, 63).

O relatório de Maurício de Nassau, em 1638, aponta Joris Garstman e Baltasar Wyntgens como os proprietários (apud MEDEIROS FILHO, 1993, 12). Já em 1639, Adriaen van der Dussen aponta Willen Beck e Hugo Graswinckel como proprietários (apud MEDEIROS FILHO, 1993, 12-13). Em seguida a parte que cabia a Hugo Graswinckel foi vendida a Mathijs Beck, em 1642 (apud MEDEIROS FILHO, 1993, 13). Em 1645, o engenho era administrado por um português, Gonçalo de Oliveira (CASCUDO, 1984, 78).

Os holandeses se tornaram donos do engenho e curiosamente o Cunhaú continuou funcionando como fizera os ibéricos, pois não havia interesse em mudar o sistema. As terras com o engenho, gado e lavouras compradas, em 1637, da Companhia das Índias Ocidentais passaram às mãos de uma classe privilegiada. Mathijs Beck era influente senhor dentro da sociedade pernambucana (CASCUDO, 1984, 82) e Baltasar Wyntgens era conselheiro político dos holandeses, participando das reuniões de cúpula da Companhia das Índias Ocidentais no Brasil.

Joris Garstman, que comandou o engenho, a exemplo de Jerônimo de Albuquerque e seus filhos, também foi homem influente na política, exercendo a função

comandante no castelo de Keulen e governador¹² do Rio Grande entre dezembro de 1633 e outubro de 1637 (CASCUDO, 1989, 89-90). Homem de indiscutível valor militar, foi artífice da aliança com Janduí. Depois recebeu a acusação de ter mandado matar Jacó Rabe para dividir seu espólio.

Quando Joris Garstman vendeu sua parte do engenho continuou possuidor de terras no vale, segundo aponta Adriaen van der Dussen, e sua propriedade ficava próxima a Cunhaú, entre os lugares onde hoje é Mangueira e Macacaú (GALVÃO, 1999, 107). Garstman, então, também plantou canas para o Cunhaú, junto com Domingos Carvalho, Pero Gomes e *Pero Exaro Raborza*.

Antonio Rodrigues Leitão, possuidor de uma sesmaria de cem braças, recebida em junho de 1607, é apontado pelo nome de Antônio Roiz Leitão por Adriaen van der Dussen e se ocupava, ao lado de Eduivard Snooden, de lavrar, mas e não moíam no engenho (apud MEDEIROS FILHO, 1993, 13). Pessoas que possuíam terras dadas pelos portugueses continuaram proprietários desde que colaborasse com os holandeses. Lavradores como esses eram os responsáveis por produtos como milho, farinha e gado enviados para Pernambuco.

Ao longo dos anos os holandeses da colônia passaram a se dedicar mais ao comércio, deixando a tarefa de cuidar da produção do açúcar, então, nas mãos dos portugueses (ANDRADE, 1986, 65). Assim, encontramos o português Gonçalo de Oliveira dirigindo o Engenho Cunhaú, em 1645 (MEDEIROS FILHO, 1993, 13), nove anos antes da expulsão definitiva. Os portugueses tinham o conhecimento técnico e uma herança cultural que os habilitava para essa tarefa melhor que os holandeses.

¹² A capitania era subordinada a Paraíba, tendo sido Garstman uma autoridade local. Seu nome também é grafado como Jorge Gusmão. Joris Garstman van Werwe é nome que aparece no Relatório de Nassau.

1.3 O retorno da família Maranhão ao Cunhaú.

Após a saída dos holandeses da capitania, em 1654, estava o Rio Grande arrasado pelas circunstâncias da guerra. Disse Rocha Pombo (1922, 125) *que tanto intrusos como os patriotas retiraram grandes massas de provisões do Rio Grande*. O Engenho Cunhaú voltou a pertencer à família Maranhão nesse período. Antônio de Albuquerque, apontado como dono do engenho pelos holandeses, em 1630, e que governou a Paraíba entre 1622 e 1634, veio casado de Portugal e foi nomeado capitão-general do Maranhão, faleceu em 1667 (SOUZA, 1999, 104) e não foi mais proprietário do engenho.

Matias de Albuquerque Maranhão ao voltar da corte foi morar na cidade do Rio de Janeiro, onde também casou e empregou-se no serviço real (SOUZA, 1999, 104). Foi nomeado para governar a Paraíba, em 1656, sendo o seu vigésimo capitão-mor, mas só tomou posse em outubro de 1657 (LEAL, 1989, 52-53). Irineu Pinto (apud LEAL, 1989, 52-53) diz que ele era interessado na lavoura da cana-de-açúcar:

Soube distribuir justiça, melhorou as fortificações da praça; desenvolveu a agricultura, merecendo-lhe esta particular interesse. Quando tomou posse da capitania tinha somente dois engenhos-de-açúcar e ao deixar elevava-se a quarenta e dois, isto no curto espaço de cinco anos.

Na segunda metade do século XVII aparecem mais duas doações de sesmarias no vale do Cunhaú: a primeira em 1660, doada a Antônio Ribeiro, *o carapina*; a segunda em 1663, doada a Antônio Gomes de Barros (BARRETO, 1985, 34). Ambas foram doações feitas pelo capitão-mor Antônio Vaz Gondim, que governou a capitania entre fevereiro de 1654 e dezembro de 1663, num período em que Matias de Albuquerque estava ocupado em governar a capitania da Paraíba. Depois dessas, não encontrei mais nenhuma sesmaria doada no vale do Cunhaú, até o século XVIII. Penso que com Matias de Albuquerque Maranhão a dominar o vale, houve impedimentos de novas sesmarias.

Ao retomar a propriedade Matias de Albuquerque aumenta suas posses se apoderando das terras doadas em sesmarias antes da invasão holandesas, como foi o caso da sesmaria doada por seu pai a Gregório Pinheiro. Essa porção de terra causou uma contenda, pois os carmelitas se diziam donos de acordo com o testamento do antigo sesmeiro. Devido a isso, em 1676, foi firmado um termo entre Matias de Albuquerque e os religiosos de Nossa Senhora do Carmo. Com esse termo Matias de Albuquerque desistia das terras que ocupava ao longo das salinas do rio Cunhaú [a data número 60], onde existia um *curral de gado* (MEDEIROS FILHO, 1997, 55-56).

Essa pequena perda para os religiosos foi compensada pelas conquistas posteriores. Usando do poder econômico e militar, os Albuquerque Maranhão se apossaram de muitas terras no sertão potiguar, especialmente durante a *Guerra do Bárbaro*, iniciada no século XVII. Os descendentes de Matias de Albuquerque Maranhão aumentaram suas posses e no engenho foi montado a base do poderio da família no Rio Grande do Norte. Olavo de Medeiros Filho (1993, 27-35) escrevendo sobre a família Albuquerque Maranhão deixa bem claro que quase todos comandavam tropas e exerciam o poder político numa vila próxima ou na Assembléia Provincial no século XVIII. O caráter patrimonialista¹³ ainda era apresentado na colônia portuguesa da América no século XVIII, com os proprietários protegidos contra os seqüestro de seus bens, no caso de dívidas não pagas (CARDOSO, 1983, 215).

Matias morreu no seu engenho, em 1685, deixando a propriedade para o filho Afonso de Albuquerque Maranhão (MEDEIROS FILHO, 1993, 13). Ainda no século XVII, esse Afonso Maranhão organizou por conta própria um pequeno exército para lutar contra os tapuias no sertão, com o qual prendeu o cacique Canindé e mais nove de seus principais e ainda, com essa mesma tropa, socorreu durante três meses ao capitão Antônio Pinto Ferreira

¹³ O patrimonialismo era uma expressão do costumes em Portugal e tornou-se usual que na colônia a administração e a política fossem permeados pelas relações pessoais e de interesse econômico.

que viera de Pernambuco com trezentos homens lutar contra os índios rebelados no interior da capitania (SOUZA, 1999, 54).

Para se defender de ataques dos índios, por volta de 1687, foram construídas várias *casas-fortes* pelo litoral oriental potiguar. Em Cunhaú e, bem próximo, Tamatanduba se construiu essas *aplicadas de barro e madeira, com cinco a seis homens armados* (CASCUDO, 1984, 97) ficando a área protegida. Cunhaú nunca foi atingido pela fúria indígena da Guerra do Bárbaro. Já as investidas ao interior potiguar terminaram por somar mais terras à família Maranhão. No sertão montaram fazendas de criação de gado de onde tiravam grandes rendas. O crescimento da família podia ser acompanhado de novas aquisições de terras. Cada novo descendente poderia se tornar logo um grande proprietário.

1.4 Séculos XVIII e XIX: mudança e permanências

No século XVIII, como verbalmente me falou Augusto Maranhão, parte da família deixou o Engenho Cunhaú e foi morar em Pernambuco, na cidade de Goiânia¹⁴. De Goiânia, outros foram morar em Nazaré da Mata. É desse galho genealógico que surgiu a os Maranhão da oligarquia republicana e que também se tornaram proprietários de Cunhaú no século XIX. Talvez por não ter mais terras na capitania para serem doadas ou conquistadas, a família achou por bem tomar outro rumo, voltando a Pernambuco.

Afonso de Albuquerque Maranhão foi biografado por Manoel Ferreira Nobre (1971, 165-166), que o Chamou de Maranhão I, que participou da Guerra dos Mascates, em 1711, quando *recebeu um reservado do govêrno de Pernambuco* e seguiu para aquela província *com 800 homens, muita munição e grande quantidade de gêneros alimentícios*.

¹⁴ Documentalmente não encontrei nenhum indício dessa migração.

Nestor dos Santos Lima (1937, 287) cita 600 homens em suas tropas. Os poderes da família eram enormes, acumulados as custas da acumulação de terras na capitania. Deveria, Afonso Maranhão fazer uso de muitos índios em sua tropa, tanto os tupis quanto os tapuias.

Foi na época de Afonso Maranhão, 1695, que o Senado da Câmara de Natal informou que as terras da capitania estavam todas doadas (apud CASCUDO, 1984, 100). Depois de Afonso Maranhão, o Cunhaú pertenceu a Gaspar de Albuquerque Maranhão e André de Albuquerque Maranhão [o pai] (MEDEIROS FILHO, 1993, 14-15), que completam o século XVIII com a capitania deixando a égide baiana para ser subalterna a Pernambuco. A terra passa a ter valor venal, alcançando valores altos para a época. Essas informações foram colhidas a partir dos inventários do período, onde se encontram os preços aproximados das terras do litoral da capitania. Uma légua quadrada em Goianinha, bem próximo de Cunhaú, valia 500\$, *preço altíssimo*, disse Câmara Cascudo (1984, 121).

Cascudo (1984, 107-121) aponta que o desligamento da capitania do Governo Geral na Bahia, em 1701, para se subordinar a Pernambuco foi um ato que retardou o desenvolvimento econômico, mas que a família Albuquerque Maranhão ainda ampliou terras e poderes no decorrer desse século. Além das conquistas das terras no sertão, houve também compras de novas propriedades, talvez ainda no século XVIII, como descreveu o cronista inglês Henry Koster (1978, 82): *foi adquirida outra terra vizinha, igualmente vasta*.

Com o surgimento da administração civil nos municípios, criados na segunda metade do século XVIII, é a família Maranhão que vai ocupar os melhores cargos, com influência profunda nas vilas de Paray, São José, Goianinha, Arez e Flor (MEDEIROS FILHO, 1993, 14-18). Não bastou a apropriação da terra, do poder econômico; a posse do poder político foi uma consequência do controle das fontes de produção.

Quando estive no Engenho Cunhaú, em 1810, Henri Koster (1978, 82), informa sobre André de Albuquerque Maranhão e a extensão da propriedade:

É um homem de imensas propriedades territoriais. As plantações do Cunhaú ocupam quatorze léguas ao longo da estrada¹⁵[...] Do mesmo modo, as terras que ele possui no Sertão, para pastagens de gado, supõem não inferiores de trinta léguas [...]

Um outro cronista, o francês Tollenare, confirma essa informação: [O Cunhaú] *tem mais de 14 léguas de comprimento; pertence a família dos Albuquerque* [...] (apud MEDEIROS FILHO, 1993, 18).

O Cunhaú não era mais uma simples propriedade. A família Maranhão tinha acumulado muita terra e se dedicavam principalmente à pecuária extensiva em 16 propriedades no sertão. Junto com o Cunhaú, a família possuía mais dois engenhos: Tamatanduba, no Rio Grande do Norte, e o Graça, na capital paraibana (MEDEIROS FILHO, 1993, 41-53). A Casa de Cunhaú era a primeira fortuna da capitania, disse Câmara Cascudo (1984, 122).

André de Albuquerque Maranhão [o filho] possuía, em seu engenho, *um arremedo de corte*, disse Rocha Pombo (1922, 238), e atraiu para junto de si cerca de oito parentes, que desempenharam papel decisivo na organização do movimento republicano de 1817 (SOUZA, 1999, 104). Depois da malograda tentativa André de Albuquerque foi morto em Natal e seu engenho foi confiscado pelo Provedor da Fazenda Real (MEDEIROS FILHO, 1993, 41).

Do Engenho Cunhaú partiu a principal contribuição em busca de autonomia política e econômica, tendo André de Albuquerque Maranhão, reunido a família em torno si para sublevar contra o governo metropolitano na Revolução Pernambucana de 1817. A morte de André de Albuquerque, numa revolução que não logrou êxito, parece ter revertido o processo de enriquecimento do litoral sul da capitania. A contra revolução depredou as propriedades e dizimou o gado da família Maranhão. Entre 1817 e 1823 o Engenho Cunhaú ficou sob os *cuidados* do governo, mas nada encontrei sobre esse período.

¹⁵ Henry Koster veio da Paraíba, pelo sul, passando por Mamanguape.

O inventário dos bens, pertencentes a Antônia do Espírito Santo Ribeiro, foi feito em 1823, depois do perdão dos réus do movimento de 1817. Nesse inventário ficaram registradas as informações sobre o Engenho Cunhaú dadas na época (apud MEDEIROS FILHO, 1993, 41):

O Engenho denominado CUNHAÚ, de fabricar açúcar, moente e corrente, com casa de vivenda, casa de moenda, casa de caldeira e de purgar, uma capela de pedra-e-cal, o engenho aparelhado de tudo necessário, com duas caldeiras, uma dita de caldo frio, outra dita mais pequena, de cobre, uma bacia de resfriar, outra mais pequena, sete tachas, uma bacia de aparar espuma, um parou, tudo de cobre, e assim mais uma repartideira, três painéis e três espremedeiras, também de cobre, e quatro tachas de cobre, digo, de ferro coado [...].

Quanto às terras pertencentes ao engenho, o mesmo documento informa o seguinte:

Cinco mil braças em quadro, e uma Data de três léguas de comprido e uma de largo, intitulada **Jacuretama**, a outra chamada **Mucuri**, a outra do **Guaju**, tudo incorporado ao dito Engenho, com os partidos de canas [...].

Por essa informação concluímos que a área da sesmaria nunca foi diminuída, continuando quase a mesma da doação de 1604: cinco mil braças. A essas se acrescentam as léguas descritas, possivelmente, de uma outra data.

Depois de feito o inventário, o engenho passou a André de Albuquerque Maranhão Arcoverde, que era filho da herdeira Luiza Antônia de Albuquerque Maranhão, irmã de André de Albuquerque. Brigadeiro Dendé Arcoverde, como era conhecido, foi o último senhor de cunhaú e ganhou fama de homem vingativo e cruel. No lastro feito pela família, foi deputado provincial entre 1852 e 1855 (MEDEIROS FILHO, 1993, 33-34).

Nessa época o açúcar se tornou o produto predominante no engenho, ficando as outras atividades relegadas a um segundo plano. Segundo Olavo Medeiros Filho (1993, 18) foi Dendé Arcoverde que comprou uma *moderna maquinaria para o engenho*. *Tal aparelhagem consistia em uma caldeira a lenha, que produzia vapor aproveitável no*

2 CONFLITOS ENTRE GRUPOS SOCIAIS

“De uma légua de distância
A gente já escutava
O aboio do vaqueiro,
O estalo do chicote
Que tangia o magote
De boi gordo e tão faceiro.”
(Pinto do Acordeom)

O objetivo deste capítulo é analisar, a partir de uma pesquisa bibliográfica e documental, a mão-de-obra no Engenho Cunhaú. A pesquisa traz as conclusões sobre quem trabalhava no engenho nos diversos períodos proposto no corte cronológico. Em especial há uma tentativa de elucidação sobre a problemática da utilização de indígenas como cativos ou trabalhadores livres. 99

Também se objetivou um estudo sobre os trabalhadores livres, tentando identifica-los em suas devidas funções no engenho. De um modo geral, esse trabalho livre foi importante, tendo sido feito por colonos, índios e até negros. Quanto aos negros, as fontes permitem uma quantificação que desemboca numa análise mais direta, muita embora muito envolta em dúvidas pelas friezas dos dados. Saber quem trabalhava e como trabalhavam é a finalidade da análise.

Se a mão-de-obra livre foi uma constante na história do Rio Grande do Norte, em Cunhaú há um distanciamento dessa constante. A utilização de negros escravos foi mais constante em Cunhaú, muito embora estivesse sempre muito abaixo do que foi nos centros econômicos da colônia. 97

2.1 Índios, colonos e negros

A mão-de-obra foi o problema principal da colonização (ANDRADE, 1986, 60), pois muitos trabalhadores eram necessários nas propriedades, principalmente se existisse um engenho. Além de trabalhadores responsáveis para o plantio, a limpeza e a colheita eram necessários outros para a fabricação e transporte dos produtos. Além disso, era preciso de gente trabalhando na cultura de mantimentos e nos serviços domésticos.

Em Cunhaú, nos seus primeiros anos de produção, pelo que falam as fontes, a mão-de-obra utilizada não foi a de escravos negros, como se generalizou em outras capitanias que possuíam uma economia baseada na cana-de-açúcar na mesma época. No Rio Grande do Norte havia os latifúndios, condições para uma economia agroexportadora com base no trabalho escravo, mas a economia não seguiu exatamente como em outras capitanias mais ricas. Cunhaú foi exemplo disso. Muito embora tenha se destacado sempre em ter uma maior quantidade de escravo negro na capitania, o engenho esteve sempre abaixo da média em relação a Bahia e Pernambuco.

Para o governo geral não era a produção que importava para manter as terras conquistadas da capitania, pois acima disso estava a posição estratégico-geográfica capaz de assegurar a soberania ibérica e o prolongamento futuro para o interior e norte do Brasil (MEDEIROS, 1973, 31). A capitania do Rio Grande era mais uma reserva que um investimento. O interesse era manter as conquistas.

Mesmo sendo Cunhaú o primeiro núcleo econômico da capitania, os primeiros escravos negros não foram para o engenho. Antes, em 1598, os primeiros negros estiveram presentes nos trabalhos de construção da Fortaleza dos Santos Reis (SANTOS, 1994, 81). Para o trabalho agrícola os escravos negros aparecem, em 1600, quando João Rodrigues Colaço comunicou ter negros escravos da Guiné para as benfeitorias que pretendia implantar na sua sesmaria (SUASSUNA, 1997, 73). O Rio Grande do Norte jamais fez importação

O fato de não encontramos informações precisas sobre a utilização do trabalho potiguara nas atividades econômicas desenvolvidas no Rio Grande poderia ter outro significado: tratando-se de uma área de expansão da fronteira colonial, o Rio Grande deveria dispor de grande número de “guerreiros” para defender as terras do rei, o que seria, na perspectiva européia, a prova da aceitação de sua suserania.

Acredito que muito cedo se tenha utilizado alguns poucos negros para tocar alguns empreendimentos mineradores em Cunhaú. A mão-de-obra indígena não se adaptaria muito bem a essa prática, pois essa população era constituída basicamente de caçadores, pescadores ou coletores. Não encontrei na literatura exemplo de índios brasileiros trabalhando com mineração. Tratando-se da mineração, muitos aspectos técnicos continuam pouco conhecidos.

Como a indústria açucareira, a princípio, não era tão significativa, a força de trabalho escravo não foi tão necessária. Os índios também eram suficientes para tocar os currais e as roçarias de milho e mandioca, produtos que dominavam a economia dos anos iniciais. Os potiguares foram usados sem uma escravização direta, pois a lei de 1587 garantia a liberdade aos índios que se submetessem por *livre vontade* aos representantes da Coroa portuguesa.

Quando, entre 1615 e 1618, a receita pública da capitania do Rio Grande era insignificante, sendo a única renda da província a que provinha da fraca produção de aguardente e açúcar do Cunhaú (POMBO, 1922, 84), faltava trabalhadores. Essa fraca produção ocorreu, coincidentemente, na mesma época em que Jerônimo de Albuquerque levou os potiguares para os combates contra os franceses no Maranhão. Por falta desses braços indígenas a produção não se elevou.

Na época em que Antônio de Albuquerque cuidava do engenho, 1630, havia *sessenta ou setenta homens com suas famílias* (MEDEIROS FILHO, 1993, 11) morando no engenho Cunhaú. O cronista holandês que deu a informação sobre as famílias de Cunhaú não informa a existência de negros escravos nem diz se as famílias eram todas brancas. A não

existência dos negros em Cunhaú e que parte dos colonos fosse índios é a hipótese mais provável. Suas palavras soam como se todo fossem livres.

Os conflitos iniciais já haviam passado e o crescimento da produção colonial afetava a capitania. Entre 1624 e 1630 ocorreu a maior produção nos engenhos coloniais brasileiros, superando a média de 86 toneladas¹⁶ de açúcar anuais (BRANDÃO, 1985, 61-71). Rocha Pombo (1922, 86), se referindo ao período entre 1628 e 1631, diz que *foram tres annos de relativo socego*.

O pudor religioso calvinista foi colocado de lado quando a produção de açúcar exigia mais trabalhadores, pois que, na época domínio dos holandeses, como diz Adriaen van der Dussen, só havia trinta negros no engenho comprado por Joris Garstman e Balthasar Wijntges, em 1637, a *Companhia das Índias Ocidentais* (apud MEDEIROS FILHO, 1993, 13). Não havia muitas folgas no trabalho, pois os holandeses, que eram protestantes, aboliram todos os feriados religiosos. Manuel Correia de Andrade (1986, 68) demonstrou que os melhores patrões da época eram os judeus, pois davam descanso também aos sábados, enquanto os holandeses eram os que mais exigiam de seus escravos.

O cronista Dussen quantificou os negros em trinta, mas não mencionou a existência de índios trabalhando no engenho. Usados com frequência pelos ibéricos, esses índios receberam grandes garantias dos holandeses que não costumava usa-los como escravos. Os índios, às vezes, aceitavam trabalhar por algum tempo nas lavouras dos holandeses se lhes fossem dadas *bebidas fortes* (ANDRADE, 1986, 68).

Os gentios eram mais utilizados como soldados desbravadores das terras desconhecidas pelos batavos, como os Janduis, que, segundo Câmara Cascudo (1984, 41), foram *soldados fiéis* dos holandeses, *espécie de guarda pretoriana, pronta para todo serviço*. Enquanto havia relativo respeito pelo nativo, é dos holandeses a primeira informação

¹⁶ 5.745 arrobas no original.

documental sobre negros escravos em Cunhaú, e que, segundo Manuel Correia de Andrade (1986, 64), estava abaixo da média, pois que em cada engenho da época havia 50 ou 60 escravos do senhor, além dos pertencentes aos lavradores.

O mesmo cronista holandês, van der Dussen, diz que, em 1639, havia no engenho os seguintes lavradores: Joris Garstman van Werve, Domingos Carvalho, Pero Gomes e Pero Exaro Rabosa. Esses quatro eram responsáveis pelas *tarefas* do engenho, estavam ligados diretamente a moagem. Mas além deles também havia mais dois lavradores: Eduivard Snooden e Antônio Roiz Leitão, que não moíam, mas se ocupavam na tarefa de plantar (apud MEDEIROS FILHO, 1993, 12-13). A produção deveria ser quase toda proveniente dessas *tarefas*, pois que os senhores holandeses preferiram exercer a função de industrial mais que a de agricultor, como é apontado no relatório de Adriaen van der Dussen dando apenas 13% das plantações para os proprietários de engenho (apud ANDRADE, 1986, 66).

Ao todo eram 110 *tarefas* que se ocupavam os lavradores. Cada *tarefa* dessas correspondia a quantidade de cana suficiente para a moagem de um dia de trabalho de um engenho (ANDRADE, 1986, 67). Com esse total se ocuparia a moenda por quatro meses, sem contar os feriados religiosos abolidos pelos holandeses. Mais outros quatro meses sobriariam para a moagem de outras canas se existissem, pois o cronista não as cita. O trabalho de colheita e produção de açúcar poderia se estender entre setembro e abril.

Em um engenho movido a água como o Cunhaú eram necessárias entre 40 ou 50 cargas de carros de bois para completar uma *tarefa*. Vinte escravos eram exigidos para um lavrador cultivasse 40 *tarefas*, fazendo bem o serviço. O engenho possuía trinta escravos, o que estaria abaixo da média segundo Manuel Correia de Andrade (1986, 67), pois seria preciso pelo menos 55 para as 110 *tarefas* descritas por Adriaen van der Dussen. Existiam escravos negros, mas seria preciso um complemento com o trabalho livre para completar as

tarefas. Diz Câmara Cascudo (1984, 82) que Cunhaú possuía uma *vizinhança povoada de lavradores pacíficos*, que possivelmente complementavam a mão-de-obra com trabalhadores livres.

Ao longo dos anos os holandeses foram se desinteressando com a produção do açúcar e dedicando-se mais ao comércio, pelo lucro mais fácil e pela tradição urbana que traziam da Europa. Além do mais, essa era uma tecnologia dominada pelos portugueses (ANDRADE, 1986, 65). Os ataques aos engenhos eram constantes e os riscos eram altos para quem cuidava da plantação e moagem da cana.

A tarefa de cuidar da produção, então, foi retornando às mãos dos portugueses enquanto os holandeses se dedicavam apenas à comercialização do açúcar. A exemplo disso, encontramos o português Gonçalo de Oliveira dirigindo o engenho Cunhaú em lugar dos holandeses e sendo atacado por Jacó Rabe, em 1645 (MEDEIROS FILHO, 1993, 13).

Nessa época a falta de trabalhadores provocou colapso na produção. Muita gente fugiu, como relata Ruolox Baro, que encontrou *brasilianos* vivendo nas matas, em território dos tapuias, por causa da guerra entre holandeses e portugueses, entre eles um tal João Vvioauin (apud MOREAU, 1979, 94-97). Os poucos negros que existiam também tiveram oportunidade para fugir com os ataques.

A dominação política e militar dos holandeses não provocaram modificações nas relações de trabalho, pois estavam apenas interessados em substituir os portugueses no negócio do açúcar (ANDRADE, 1986, 69). Com sua expulsão, em 1654, a capitania estava desestruturada pela guerra. Faltavam os trabalhadores para todas as atividades. Até as tribos indígenas estavam desorganizadas.

A reconstrução foi lenta e penosa. Na Paraíba, capitania mais próxima de Pernambuco, a reconstrução pôde ser mais rápida (LEAL, 1989, 53-54). Para o Rio Grande os

recursos e as preocupações foram outros. Com poucos negros, continuava a capitania sendo apenas ponto estratégico para a metrópole. Os lavradores tocavam as lavouras com o trabalho dos poucos índios que convenciam, ou forçavam, ao trabalho.

2.2 Acumulando riquezas

Matias de Albuquerque foi o vigésimo capitão-mor da Paraíba, em 1656, e segundo Irineu Pinto, teria ele se interessado pela lavoura da cana-de-açúcar, pois quando tomou posse daquela capitania havia somente dois engenhos-de-açúcar e ao deixá-la elevava-se a quarenta e dois, isto no curto espaço de cinco anos (LEAL, 1989, 52).

Diz Rocha Pombo (1922, 125) que *a capitania do Rio Grande foi talvez de todas a mais sacrificada, devido a circunstâncias excepcionaes que para ella agravaram os males da guerra*. O Cunhaú foi vítima constante de ataques que ceifaram muitos trabalhadores. Novamente a falta de braços preocupou aos proprietários do Rio Grande, pois continuava a capitania com poucos negros, e os brancos com problemas em escravizar índios. Os índios capturados na Guerra do Bárbaro foi a saída mais rápida para solucionar o problema como a mão-de-obra escassa no Cunhaú. A legislação que protegia o índio não foi suficiente para evitar sua escravização. Burlar essa lei era fácil para quem possuía a terra e acumulava os poderes políticos e econômicos.

Afonso de Albuquerque Maranhão, que herdou a propriedade de Matias de Albuquerque, ainda no século no século VXII, organizou por conta própria um pequeno exército para lutar contra os tapuias no sertão, onde prendeu o cacique Canindé e mais nove de seus principais (SOUZA, 1999, 54). Ainda, com essa mesma tropa, socorreu durante três meses ao capitão Antônio Pinto Ferreira que viera de Pernambuco com trezentos homens.

Afonso não fazia guerra por esporte, estava interessado em lucrar, muito embora estivesse lutando em lealdade ao rei de Portugal. De posse desses indígenas, deve tê-los usado para o trabalho em suas terras, no vale do Cunhaú. Esse conflito no sertão ficou conhecido como a Guerra do Bárbaro e dele vieram índios para formarem aldeamentos no litoral da capitania. Um desses aldeamentos foi o de São João Batista da ribeira do Cunhaú, fundado em 1702, e que ficava em terras próximas ao engenho e *durou até data indeterminada* (MEDEIROS FILHO, 1997, 57).

Afonso de Albuquerque Maranhão chegou a participar da Guerra dos Mascates, em 1711, pois *recebeu um reservado do govêrno de Pernambuco* e seguiu para aquela província *com 800 homens, muita munição e grande quantidade de gêneros alimentícios* (NOBRE, 1971, 165-166). Para possuir uma tropa tão numerosa, Afonso, acumulava enormes poderes, devendo fazer uso de muitos índios em sua tropa, tantos os tupis quanto os tapuias, retirados talvez dos aldeamentos vizinhos.

O uso da mão-de-obra indígena em Cunhaú é inquestionável. A não comprovação da escravidão dos nativos ocorre porque os dados não foram registrados ou se perderam. Como no início do século XVIII os escravos negros estavam extremamente valorizados (CASCUDO 1984, 121), é bem possível que os colonos tenham se aproveitado para utilizar os indígenas capturados na Guerra do Bárbaro, sem valor nenhum no sertão e amontoados em algumas aldeias do litoral.

Itamar de Souza (1999, 75) informa sobre essas aldeias que se formaram no litoral no final da Guerra do bárbaro:

[...] para diminuir os conflitos entre os índios e os colonos, o rei Dom Pedro IV, em 23 de novembro de 1700, baixou um alvará em forma de lei determinando a demarcação de terra para as missões (aldeamentos): “Eu El Rey faço saber aos que este meu Alvará em forma de Lei virem, que por ser justo... Hei por bem e mando que a cada uma missão se dê uma légua de terras, em quadra para sustentação dos índios e missionários, com declaração, que cada aldeia se há de compor ao menos de cem casais [...]

Os índios da aldeia de São João Batista da ribeira do Cunhaú eram de uma etnia diferente dos que habitavam o litoral, vieram do sertão, eram *tarairiú*. Os índios do litoral, da etnia *tupi* foram reunidos no aldeamento de Vila Flor, que já existia em 1740, segundo aponta Olavo de Medeiros Filho (1997, 57), mas que recebeu também índios, *tarairiú*, os *paiacu*, em 1704 (LOPES, 1999, 143). Como a escravidão indígena só foi definitivamente proibida em 27 de outubro de 1831 (ANDRADE, 1986, 60), toda essa massa humana foi utilizada na mão-de-obra do engenho Cunhaú.

Diz Denise Matos (2000,74) que...

[...] quando a guerra [do bárbaro] ia chegando ao fim, indígenas dessas tribos [tarairiú] foram levados para um aldeamento na ribeira do Cunhaú. Dessa forma, os Albuquerque Maranhão[...] apropriaram-se de terras indígenas e obtiveram mão-de-obra para suas lavouras.

Todos esses índios, ao que parece, encontrou na povoação de Uruá o último refúgio. Essa povoação ficava nas proximidades de Cunhaú e foi citada, no século XIX, como sendo um *arraial, onde os índios se empregavam no fabrico de vasos de barro (igaçaba), cuias, que ornavam bordando-as, bem como cestinhas de palha, (pacarázes) e cordas de embiras (mussuramos)* (NOBRE, 1971, 162). O local sempre mereceu pouco destaque na historiografia. Em documentos, encontrei uma citação breve no Relatório do presidente da província¹⁷ onde aparece com uma escola em 1858 onde trabalhou João Cunhaú como professor.

No local onde foi Uruá se estabeleceu a vila de Canguaretama, substituindo Vila Flor. O local ficava a uma distância de pelo menos seis quilômetros de Cunhaú. Esses índios não foram citados pelo cronista Henry Koster, em 1810. Esteve ele na povoação de Cunhaú e citou a povoação d'Os Marcos, *habitada por negros fugitivos e criminosos*. Sobre

¹⁷ Relatório apresentado pelo Excelentíssimo Presidente, Dr. Bernardo Machado da Costa Doria, ao Excelentíssimo Vice-presidente, Dr. Octaviano Cabral Raposo da Câmara, por ocasião de passar-lhe a administração da província do Rio Grande do Norte, em 19 de maio de 1858. [n.p.] Typographia. Liberal Rio Grandense, 1858, 37.

os trabalhadores disse: *Seus negros e demais serviçais são numerosos*. O número maior de negros em Cunhaú já era descrito por Câmara Cascudo desde o século XVIII, quando ninguém possuía mais escravos que a família Albuquerque Maranhão do Cunhaú (CASCUDO, 1984, 121).

Henry Koster (1978, 84) apontava que existiam, em 1810, *cerca de 150 escravos mas as terras podia ocupar quatro ou cinco vezes esses número [...]*. Isso porquê a atenção maior era o gado, atividade que não se adaptava bem ao trabalho escravo. Mesmo assim esse número era a maior concentração de escravos em uma propriedade no Rio Grande do Norte. Não foi a toa que Koster chamou a atenção para Cunhaú como sendo possivelmente a maior propriedade da região. Câmara Cascudo (1984, 122) chamou de *primeira fortuna da Capitania*.

É nesse período que se encontra o maior número escravos negros no Cunhaú. Uma das causas para isso foi provavelmente as mudanças políticas ocorridas desde da década de 1790, época da Revolução Francesa, e depois que ocorreu a revolução escrava no Haiti que provocou uma queda no preço dos escravos africanos (NOVAES, 1997, 239). Câmara Cascudo (1984, 123) aponta 84 escravos em Cunhaú, no ano de 1806, quando faleceu André de Albuquerque Maranhão, o velho. No mesmo inventário de onde tirou a informação consta muito ouro que teria deixado para a viúva.

A Reabertura dos Portos, proclamada em 1808, poderia ter oportunizado o comércio de escravos com o Rio Grande do Norte diretamente com a África, mas longa dependência imposta por Pernambuco (SANTOS, 1994, 51), impediu o crescimento da capitania. Mesmo após 1817, depois de alcançar a autonomia administrativa, o comércio de escravos continuou em Pernambuco, porque as atividades econômicas não comportavam esse tipo de comércio.

Em 1819, o Rio Grande do Norte possuía o menor índice de escravos negros no Brasil. Apenas 12% da população era de cativos, muito embora 70.921 habitantes fossem pretos. 61.812 eram livres e 9109 eram escravos (BRANDÃO, 1985, 115). Muitos trabalhadores do engenho Cunhaú deveriam ser negros livres.

No inventário de 1823, aparecem apenas 82 escravos em Cunhaú apontados por Olavo de Medeiros Filho (1993, 57-60). Para alcançar os 150 citados por Koster (1978, 84), em 1910, seria preciso somar todos os escravos do espólio de dona Antônia Josefa do Espírito santo Ribeiro. Incluiria-se os escravos do engenho Tamatanduba, com 55, e os das fazendas de gado, 17 (MEDEIROS FILHO, 1993, 63). O total de escravo, então, chegaria ao número de 154, mas sem incluir os escravos que supostamente existiriam no engenho Graça, na capital paraibana.

O cronista inglês deve, então, ter computado todos os escravos para Cunhaú ou se perderam 68 escravos em seis anos de confisco da propriedade. Pode ter ocorrido realmente a perda de escravo como aponta Câmara Cascudo (1984, 141) que *sob o pretexto de prender os Albuquerque Maranhães as propriedades dêsses foram depredadas*.

Os escravos naturais da África eram 63: 60 de Angola, 2 do Congo e um da Guiné. Há outros nascidos no Brasil: os crioulos; os mestiços: mulatos e cabras. Parece não haver mais entre esses escravos algum resto da descendência indígena. Seus nomes reportam somente a elementos cristãos ou africanos. Um único vocábulo *brasílico*: Graxinim, mas num escravo que se dizia de Angola.

Pela Fala¹⁸ do Presidente da província em 1854, os engenhos de ferros possuíam 1239 escravos, 82% do total. No engenho Cunhaú havia 95 escravos, cinco vezes mais que a média dos outros engenhos de ferro da capitania que era de 18 a 19, representando

¹⁸ Fala que o Ilustríssimo e Excelentíssimo Sr. Dr. Antonio Bernardo de Passos, Presidente da província do Rio Grande do Norte, dirigido á Assembléa Legislativa Provincial, no ato da abertura de sua sessão ordinária em 4 de julho de 1854. Pernambuco, Typographia de M.F. de Faria, 1854.

7,7% dos escravos desses engenhos. Acrescente a isso a informação, do mesmo documento, de que *havia o trabalho livre em todos os engenhos tanto na plantação como na moagem.*

A mão-de-obra livre na capitania foi muito citada nos Relatórios dos presidentes de província. Mesmo o Cunhaú possuindo muitos escravos, a mão-de-obra livre era uma realidade, muito embora não apareça claramente em documentos. O engenho sempre esteve na região mais densamente povoada, colonizada desde o século XVII, o que favorecia a esse tipo de mão-de-obra.

Já no início do século XIX, no litoral sul do Rio Grande do Norte, escreveu Câmara Cascudo (1984, 131), havia 208 agricultores, 42 vaqueiros, 18 artistas, 16 *homens do mar*, 11 comerciantes e 6 indigentes espalhados entre Arez e Vila Flor, onde se localizava o Cunhaú. Esses eram trabalhadores livres que estavam ligados de alguma maneira aos trabalhos dos engenhos.

e o município condurcius?

3 OS GRUPOS SOCIAIS NA DISPUTA PELAS RIQUEZAS

“Se o espírito não me engana,
Tu moía toda a cana
Que trazia o cambiteiro.”

(Pinto do Acordeom)

42 *repetido*
Este capítulo se propõe a analisar a produção no Engenho Cunhaú, a partir de uma pesquisa bibliográfica e documental nas fontes existente nas principais entidades ligada a preservação da memória do Rio Grande do Norte. A pesquisa traz algumas conclusões sobre os produtos e a produtividade do engenho nos diversos períodos ao longo do corte cronológico proposto.

Em especial há uma tentativa de elucidação sobre a problemática da produção. Saber quais eram os produtos e como eram produzidos são os pontos de partidas, porém questionando o porquê da produção, sua finalidade. O engenho não se resumia apenas a produção açucareira, pois havia muitas necessidades dentro da propriedade. Com um comércio ainda fraco, a produção teria que atingir as necessidades básicas na propriedade.

Ligado ao tema da produção também se faz um estudo relacionando a utilização da mão-de-obra e o mercado. A principal tentativa é identificar como o comércio influenciou na produção e na utilização da mão-de-obra do engenho. Por abranger um corte cronológico extenso, as comparações entre os vários períodos estudados são por demais elucidativas, possibilitando fazer uma linha comparativa que abrange por volta de dois séculos e meio o trabalho na propriedade.

3.1 Novas mentalidades de organização social

A instalação e a manutenção de empresas agrícolas ou de mineração na colônia exigiam consideráveis capitais, que eram freqüentemente conseguidos mediante associação do proprietário com financistas ou comerciantes residentes na colônia, na metrópole, ou no estrangeiro (CARDOSO, 1983, 223). Quando de sua viagem à Europa, antes de tomar posse da capitania, Jerônimo de Albuquerque teve a possibilidade de contrair empréstimos para o seu empreendimento (GALVÃO, 1999, 41), pois, na época, a península ibérica reunia os maiores poderes econômicos do Ocidente. Também deve ter recebido incentivo das autoridades de quem ganhou as prerrogativas para governar, talvez com as instruções de construir um engenho.

Não há informações conhecidas sobre a produção no engenho Cunhaú nos primeiros momentos depois de sua construção. Fazendo referência a época inicial do engenho, Rocha Pombo (1922, 55) disse que *foram os parentes de Jeronimo os primeiros que se fixaram naquelles campos [a sesmaria], e por ali fizeram alguma coisa. Não só fundaram um engenho como desenvolveram grandes lavouras*. Helio Galvão (1999, 249) informa, na transcrição da *Relação das coisas do Rio Grande do sítio e disposição da Terra*, que na várzea do Jacu, no ano de 1607, havia *muita cana-de-açúcar*. É por essa informação que se conclui ter havido produção no único engenho da capitania na época.

Há indícios, também, que já havia cana plantada em todo o litoral da América Portuguesa desde as primeiras expedições, pois os marinheiros chupavam-na para evitar o escorbuto, plantando-na nas terras conquistadas para que não faltasse nas viagens e para verificar se o solo era propício à cultura (SANTOS, 1994, 55). Porém, a cana-de-açúcar do vale do Jacu era *muita*, não parecia de *experiência*. Assim, seria logicamente para moer no engenho de Jerônimo de Albuquerque, que estava sendo construído em 1607 (GALVÃO, 1999, 249).

Mesmo sabendo que a menor distância entre o Jacu e o Cunhaú seria de pelo menos 18 quilômetros, num caminho pelo tabuleiro e tendo que transpor pelo menos os rios Catú e Pituaçu, a finalidade em se plantar *muita cana-de-açúcar* não seria outra além de moêlas para o fabrico de açúcar ou aguardente. A presença dessa cana indica que deveria existir moagem e não seria para o outro engenho da época, que estava a mais de sessenta quilômetros de distância, em Camaratuba.

A cana poderia ser transportada pelo caminho que já existia na época e ligava Natal a Cunhaú e a capitania da Paraíba. Seria por esse mesmo trecho que passaria a expedição de Feliciano Coelho quando da conquista da capitania no final do século XVI. A expedição não concluiu sua jornada por que foi atacada pela varíola, mas ficou clara a possibilidade de um caminho pelo sul para Natal. Talvez fosse um antigo caminho usado pelos potiguares. Câmara Cascudo (1984, 307) disse que foi *a primeira estrada conhecida no Rio Grande do Norte e, durante séculos, a mais a mais trilhada*.

Sobre a existência desse caminho Olavo de Medeiros Filho (1997, 90) diz:

Em 1605, já existia um caminho terrestre ligando a Cidade do Rio Grande [Natal] à Paraíba. O caminho passava inclusive, pelo rio Jacu, proximidades da atual cidade de Goianinha, onde era conhecido como “o caminho dos cavalos, que vai para Cunhaú”.

Roulx Baro cita o *Caminho de Garstman*, próximo a Cunhaú, que tomou quando foi se encontrar com o chefe Jandui (apud MOREAU, 92-113). Mesmo com os rios cheios, pois viajou entre abril e junho de 1647, foi possível percorrer boa parte do litoral oriental da capitania. Seria esse o mesmo *Caminho dos Cavalos*.

As plantações de cana-de-açúcar usavam simultaneamente técnicas agrícolas e industriais, e o nível técnico poderia ser distinto nos dois setores da atividade produtora. Em todo o Brasil esse nível técnico se caracterizou como mais baixo entre as colônias escravistas na América, principalmente pela abundância de terra que favorecia o emprego de técnicas agrícolas rudimentares (CARDOSO, 1983, 220-221). Por outro lado, o mesmo Ciro

Flamarion Cardoso (1983, 222) contrapõe acrescentando que a utilização de engenho açucareiro hidráulico, embora tosco, supunha técnicas um pouco mais sofisticadas.

A constituição das técnicas na colônia deve ser estudada a partir de elementos europeus, indígenas e africanos. Na capitania do Rio Grande tudo leva a crer que os processos agrícolas adotados foram aqueles praticados pelos indígenas, muito primitivos, os quais somente conheciam uma agricultura itinerante, baseada na roça e o uso de um instrumental extremamente grosseiro (CARDOSO, 1983, 222). A chegada do europeu significou uma nova mentalidade de produção. Mesmo havendo uma troca cultural, entre europeus e indígenas, predominou a força tecnológica do colonizador.

Não viveu o Engenho Cunhaú apenas da cana-de-açúcar. Ainda nos primeiros anos do engenho, baseado em informações de Olavo de Medeiros Filho (1997, 54), houve uma possível produção mineral numa mina de ferro que foi encontrada por Jerônimo de Albuquerque a uma légua ao norte do Engenho Cunhaú, em 2 de agosto de 1608. Na transcrição da parte de um documento¹⁹ de Diogo Campos Moreno está posto:

A 23 léguas pela terra dentro, na direitura deste rio; descobriu em dois de agosto de 608 [1608] o dito Jerônimo de Albuquerque grande quantidade de minas de ferro, com muita comodidade a se beneficiarem, tanto pela navegação deste rio, como porque vêm as ditas minas por terra a estar mui perto da povoação e fortaleza do Rio Grande e se poderá por aquela banda negociar por terra.

Mais adiante Medeiros Filho (1997, 90) coloca uma contradição de Diogo de Campos Moreno ao escrever, em 1612, o *Livro que dá razão ao Brasil: Nesta capitania há minas de ferro, que descobriu Jerônimo de Albuquerque a quarenta léguas da fortaleza, no ano de 608 [1608]*.

A produção de ferro nunca foi comprovada documentalmente. A segunda informação dada por Diogo de Campos Moreno foi certamente uma imposição de Jerônimo

¹⁹*Relação das praças fortes do Brasil* (1609) de Diogo de Campos Moreno, encontrado numa obra de José Antônio Gonsalves de Mello.

de Albuquerque para afastar os olhos alheios de sua propriedade, exatamente no ano da instituição do Auto da repartição das terras do Rio Grande. Junte-se a isso os motivos que fez Bento Maciel Parente, que era entendido em exploração de minas (SOARES, 1985, 31), se tornar inimigo confesso de Jerônimo de Albuquerque.

Olavo de Medeiros Filho acredita que as minas de ferro do Cunhaú forneciam minério para o engenho Cunhaú e abasteciam a capital da capitania, pois uma delas ficava estrategicamente localizada no caminho para Natal. Tratando-se de minas, muitos aspectos técnicos continuam mal conhecidos, mas há uma possibilidade de ter ocorrido aproveitamento de processos africanos da metalurgia do ferro (CARDOSO, 1983, 221).

Os holandeses foram ávidos em procurar por essas minas. Há informações no relato de Roulox Baro sobre minérios em Cunhaú (MOREAU, 1989, 33-37), que Olavo Medeiros Filho se preocupou em pesquisar, mas sem uma conclusão satisfatória sobre o assunto. A informação lacônica de Câmara Cascudo (1984, 59) é de que *Jerônimo de Albuquerque, em 1608, haver descoberto uma mina de ferro, distando 40 léguas do Forte.*

Essas suspeitas *minas do Cunhaú* são construções subterrâneas ainda pouco exploradas, em número de três: Os Sete Buracos, O Buraco do Holandês e O Buraco do Guaju. Todas ficam a uma distância média de dez quilômetros de Cunhaú. A primeira a norte, na margem direta do rio Catú, lado oriental da rodovia BR 101; a segunda a leste, nas proximidades na destilaria Baía Formosa, na margem direita de um afluente do rio Curimataú; e a terceira ao sul, no vale do Guaju, próximo aos *Marcos*.

Não há informações conhecidas sobre a produção de minério nesses locais, muito embora Maurício de Nassau tenha relatado ao Conselho dos XIX, em 1637, que possuía *Informações minuciosas e até amostras de minérios [...]* (apud MEDEIROS FILHO, 1989, 33). Barléu informou que Alberto Schimient e Paulo Semler tiveram uma decepção ao procurarem prata nessas minas (apud Medeiros Filho, 1989, 38).

As primeiras informações sobre as minas de ferro começaram na época do domínio ibérico e se completam com os relatos de minérios que são da época da ocupação holandesa, porém as localizações são confusas e só podem ser relacionadas ao Cunhaú a custo de muita dúvida. Mesmo que produzissem pouco, essas minas eram importantes, pois muitos dos objetos necessários num engenho eram confeccionados com ferro e só poderiam ser comprados na metrópole a preços altíssimos.

Depois do período de dominação holandesa as informações sobre minérios em Cunhaú se calam. Com a restauração portuguesa os minérios foram tratados com muito segredo, pois era uma reserva estratégica muito vigiada pelo Pacto Colonial. Uma Memória do Senado da Câmara de Natal alertou para a proibição do uso de minas, em 1808 (apud CASCUDO, 1984, 132). Num relatório que nunca encontrei, feito pelo professor Paulo Tadeu de Souza Albuquerque, haveria uma suposta análise do minério de ferro *dos Sete Buracos*, que seria idêntica composição à das balas de canhão do Fortaleza dos Santos Reis.

Nestor dos Santos Lima (1937, 282) afirma, com base no estudo de Alfredo de Carvalho²⁰, que *houve, ao tempo da dominação holandesa, notícia da descoberta e exploração de uma mina de ouro no Cunhaú*. Escrevendo sobre a riqueza mineral do município de Canguaretama, na primeira metade do século XX, Nestor Lima (1937, 282) informa da produção de sal, cal e ocre em terras que outrora fora a sesmaria do Cunhaú. Anfilóquio Câmara (1941, 103), em trabalho semelhante, cita apenas o sal e o ocre. As notícias sobre os minerais preciosos ficaram no século XVII.

Sobre a moagem do engenho só aparecem informações seguras depois da provisão régia de setembro de 1612, que determinava a repartição das terras da capitania. O documento do Auto de repartição das terras da capitania do Rio Grande informa que, em maio

²⁰ Nestor Lima aponta que esta informação está contida na *Revista do Instituto Histórico*, vol. 3, p. 147 e seguintes.

de 1614, quando Alexandre de Moura chegou para proceder sua tarefa, encontrou um engenho construído e plantações de cana na mencionada sesmaria, mas sem registrar a quantidade (LIMA, 1937,286).

Ainda em 1614, também com informações do Auto de repartição, ficou registrado o pedido de concessão de terras, como ocupante, por Gregório Pinheiro e que com uma única imposição foi concedido: *plantará de canna a terra que for pera isso avendo a falta della no Engenho de Hieronimo de Albuquerque com as condições costumadas* (apud GALVÃO, 1986, 71-72). Esse documento mostra que havia o interesse, ou protecionismo, das autoridades, ou de Jerônimo de Albuquerque, na produção de açúcar do Cunhaú. Isso é justificável pelo preço do açúcar que chegou a custar no final do século XVI o valor equivalente a dose gramas de ouro por arroba e continuava a subir pelo século XVII (BRANDÃO, 1985, 67).

Entre 1615 e 1618, houve produção de aguardente e açúcar no Cunhaú (POMBO, 1922, 84). Eram desses dois produtos que alimentava receita pública da capitania do Rio Grande. Embora muito fraca, a produção do Cunhaú era a única renda da capitania, não arrecadando impostos suficientes para as despesas da administração. Essa fraca produção do engenho deveu-se a falta dos trabalhadores, os índios que foram desviados por Jerônimo de Albuquerque para a conquista das capitanias equinociais.

No Brasil, como em todas as colônias açucareiras, ao lado do açúcar era produzida aguardente, destinada principalmente para o mercado local ou exportada para a África. Esse foi um produto menos complicado e de produção mais barata do que a de açúcar, que em certos casos, levou pequenos estabelecimentos a se especializarem exclusivamente na sua produção como alternativa de mercado (CARDOSO, 1983, 226). Como no Rio Grande, provavelmente, não existia demanda para a produção do Cunhaú, este se enquadrava no comércio intercolonial.

Depois de Jerônimo de Albuquerque, Antônio de Albuquerque toma conta do engenho e continua a produção de açúcar. Na época de Antônio, os holandeses, espionando o Cunhaú, apontaram a produção. Disseram eles que o Cunhaú produzia próximo de cem toneladas²¹ de açúcar por ano e que era enviado para Pernambuco (apud MEDEIROS-FILHO, 1993, 11). Uma produção considerável. Talvez por isso Johannes de Laet o tenha adjetivado de *lindo*, muito embora não o tenha visto (CASCUDO, 1984, 78). Rocha Pombo (1922, 86) se referindo a essa época [1628-1631] diz que *foram tres annos de relativo socego*.

Essa produção foi muito grande se levarmos em consideração que o Rio Grande só exportava o açúcar para Pernambuco e o gado foi o produto mais destacado pela historiografia, dominando a economia até a primeira metade do século XIX (SUASSUNA, 1999, 57). As técnicas não eram suficientes para tal produção (CARDOSO, 1983, 216). Os maiores engenhos coloniais, como o Sergipe do Conde, produziam 150²² toneladas anuais em média (BRANDÃO, 1985, 71). Por essa comparação vemos que o Cunhaú pode ter sido um engenho de produção importante, mas, que por ser o único, a capitania não se destacou pelo açúcar. Entretanto, não há comprovação dessa produção quando defrontada com a técnica e a mão-de-obra utilizada.

A partir dos números encontrados na obra *cana de açúcar* de Adelino Brandão, a média da produção brasileira, entre 1624 e 1630, era de 86 toneladas de açúcar por engenho, ficando o engenho Cunhaú acima da média. Essa média na produção do açúcar caiu na época do domínio holandês para 60²³ tonelada (BRANDÃO, 1985, 61-70). Comparada com a produção exportada²⁴ pela capitania, entre 1848 e 1849, no início do crescimento da produção

²¹ De seis [mil] a sete mil arrobas é como escreveu Olavo de Medeiros Filho.

²² 10.000 arrobas no original.

²³ 4.000 arrobas no original.

²⁴ Exportação pelo porto de Natal.

açucareira do século XIX, quando a produção chegou a 170 toneladas²⁵, a produção do século XVII era excelente. Havia, no século XIX, pelo menos cinco dezenas²⁶ de engenhos, mas que essa produção exportada não dobrava o que Cunhaú produziu e foi descrito em 1630.

Esses números são a única fonte a mostrar os números da produção do período e, por ser tão alta, se questiona se são reais, principalmente por terem sido dadas por um espião estrangeiro. Comparadas com outras informações, a produção dada por Verdonk destoa do geral, mesmo sabendo que haveria área suficiente para uma grande produção, mas faltaria mão-de-obra e, além do mais, estava o Cunhaú distante do núcleo exportador, que era Pernambuco. Sem desacreditar no espião, pois todas as fontes são uma construção de quem escreve, acrescento que faltam outros dados para confrontar essas informações e constituir uma conclusão segura sobre o fato.

Adriano Verdonck também acrescentou que o açúcar de Cunhaú era encaixotado e carregado em *barcas*, lavando estas de 100 a 110 caixas de açúcar e que no Cunhaú havia *também muito gado, farinha e milho que ordinariamente é trazido para Pernambuco com o açúcar*; confirmando, assim, a produção destacada do engenho (apud MEDEIROS FILHO, 1993, 11).

Esse destaque não deve ser reconhecido apenas pela quantidade do açúcar, mas por outros produtos que geralmente não eram comuns em outros engenhos. As terras de Gregório Pinheiro, por exemplo, que foram *pouadas com hum curral de vaccas*, como diz Olavo de Medeiros Filho (1997, 54), ficava nas proximidades do engenho e deveriam contribuir também nessa produção.

²⁵ Fala do presidente da província, Antonio Francisco Pereira de Carvalho, dirigida à Assembléia Legislativa Provincial do Rio Grande do Norte, em 17 de fevereiro de 1853, mapa nº 5. No original 11.534 arrobas.

²⁶ Diz Paulo Pereira dos Santos que eram 43 engenhos e 93 enghocas, em 1845. Entre os engenhos havia 32 moendas de ferro (1994, 93).

Quando da conquista da capitania do Rio Grande, a partir de 1633, os holandeses tomaram o engenho Cunhaú e a produção de açúcar foi interrompida depois que a Companhia das Índias Ocidentais o confiscou. Não há documentos conhecidos que mostrem a produção entre 1634 e 1637. A produção só foi retomada quando Joris Garstman e Baltasar Wyntgens compraram o engenho, em 1637 (MEDEIROS FILHO, 1993, 12-13). Com os holandeses, os senhores de engenho passaram a exercer a função de industrial mais que a de agricultor. Adriaen van der Dussen mencionou que a maioria dos canaviais pertencia aos lavradores, ficando os senhores de engenho com apenas 13% das plantações (ANDRADE, 1986, 66).

As técnicas de produção continuaram as mesmas com os holandeses no comando, pois apenas nos engenhos trapiches eles substituíram os bois por cavalos para conseguir maior rapidez na produção; a lenha continuou a alimentar as fornalhas, enquanto o bagaço continuava sendo desperdiçado; a *coivara* continuou como prática sendo, ignorando o uso de adubos; a única cana era a *crioula* (ANDRADE, 1986, 71). Vinte pares de bois era o que possuía o engenho Cunhaú, número muito bom e dentro da média proposta por Manuel Correia de Andrade (1986, 67-68) para um engenho da época, que era entre 30 e 40. Como o Cunhaú era um engenho movido a água (MEDEIROS FILHO, 1993, 8), não ocorreram mudanças.

Citado por Câmara Cascudo (1984, 78), Joan Nienhof, que esteve na capitania em 1640 e 1649, relatou ao Conselho Holandês em Pernambuco o caráter estratégico que assumia o abastecimento de gado feito a partir do Rio Grande. Ele avaliou que se

[...] nos privasse [Pernambuco] do fornecimento do gado e farinha do Rio Grande, justamente numa ocasião em que Itamaracá e Paraíba também estavam bloqueadas, ser-nos-ia quase impossível manter a posse do Brasil Holandês, enquanto não chegasse da metrópole os socorros esperados.

Câmara Cascudo (1984,78) também cita o relato da Sessão do Grande Conselho, em janeiro de 1646, mostrando a produção diferenciada em terras potiguares: *O Rio Grande era, portanto, a única região de onde se recebiam quantidades ponderáveis de farinha e gado que minoravam em parte a escassez de gêneros reinantes no Recife*. O Conde Maurício de Nassau, que se preocupou com a produção de alimentos, determinou que cada senhor de engenho e cada lavrador de cana plantasse mantimentos, determinando a plantação de cinco mil covas de roças por escravo que possuísse (ANDRADE, 1986, 69). Boa parte dessa produção de gêneros alimentícios era feita na sesmaria do Cunhaú, já que o sertão não tinha ainda sido conquistado e os indígenas não produziam em quantidades para comercializar com os europeus.

Os trinta negros escravos do Cunhaú (MEDEIROS FILHO, 1993, 13) propiciaria, pela lei de Nassau, cento e cinquenta mil covas de roças no vale do Cunhaú. Contando com os lavradores que não se dedicavam a cana-de-açúcar, a área plantada com roças poderiam chegar próximo a cinquenta hectares, lavando-se em conta que cinquenta mil covas ocupam a área de um hectare, pouco mais ou menos. Já as 110 *tarefas* de cana plantadas ocupariam, talvez, apenas o dobro dessa área. Com uma população branca muito limitada, a produção excedia ao consumo na capitania fracamente povoada.

Assim, era o Cunhaú voltado para uma produção diversificada, dedicada também ao comércio interno da colônia, só exportando indiretamente o açúcar, que ia para Pernambuco. Não foi implantado a *plantacion*, um único produto dominando o setor agrícola, muito embora possuísse as características agrárias como latifúndio. Daí Câmara Cascudo (1984, 53) dizer que *fomos vaqueiros e pequeninos agricultores*. Só Cunhaú teve verdadeiras condições de diferenciar-se. De uma forma geral, no Brasil a produção de açúcar no período de dominação holandesa caiu, ficando a média em sessenta toneladas (BRANDÃO, 1985, 70),

mas que o Cunhaú poderia superar essa média se fossem oferecidas as mesmas condições que em Pernambuco.

Os holandeses não encontraram uma terra desconhecida a ser conquistada e transformada em função do mercado europeu. Como os portugueses, os holandeses nunca deram autonomia a capitania, que esteve subordinada a Paraíba (CASCUDO, 1989, 89-90). A ação foi bem pensada, pois a terra já era bastante conhecida, assim como as possibilidades dos lucros com o açúcar e gêneros alimentícios. Os holandeses, então, basearam sua economia no que os portugueses já faziam com bons resultados, muito embora a trilogia latifúndio, monocultura e escravidão não tenha encontrado encaixe perfeito nessa economia da capitania.

Ao longo dos anos, os próprios holandeses foram se desinteressando com a produção do açúcar e dedicando-se mais ao comércio, pelo lucro mais fácil e pela tradição urbana que traziam da Europa (ANDRADE, 1986, 65). Além do mais, essa era uma tecnologia dominada pelos portugueses. Os ataques aos engenhos também eram constantes e os riscos eram altos para quem cuidava da plantação e moagem da cana.

A tarefa de cuidar da produção, então, foi retornando às mãos dos portugueses enquanto os holandeses se dedicavam apenas à comercialização do açúcar. Desse modo encontramos o português Gonçalo de Oliveira dirigindo o engenho Cunhaú em lugar dos holandeses, em 1645 (MEDEIROS FILHO, 1993, 13). Joris Garstman é um exemplo dessa mudança estratégica dos holandeses, muito embora tenha continuado a ser proprietário de terra. Tendo comprado o engenho em 1637, já havia vendido sua parte dois anos depois. Os outros holandeses que compraram o engenho a ele, também se desfizeram rapidamente do empreendimento (MEDEIROS FILHO, 1993, 12-13).

Mesmo sem possuir o engenho, Garstman continuou possuidor de terras no vale do Cunhaú e era responsável por 30 *tarefas* para moagem no engenho. A *tarefa* correspondia a uma quantidade de cana suficiente para moagem de um dia num engenho

(ANDRADE, 1986, 67). Além de Garstman, também Domingos Carvalho, Pero Gomes e Pero Exaro Rabaza eram responsáveis por outras *tarefas*, totalizando 110 (CASCUDO, 1984, 82). Essas 110 *tarefas* ocupariam no mínimo 42 hectares de cana nos melhores pauls e caberia com folgá na propriedade. Essa área leva em conta que se chegasse a uma produção de 130 toneladas de canas por hectare, o que seria uma produtividade excelente. Com as técnicas da época a área cultivada poderia ser mais que o dobro, cem hectares, para se produzir tanta cana.

Com essas 110 *tarefas* a moenda se ocuparia por pelo menos quatro meses, pois os calvinistas só davam folgas aos domingos (ANDRADE, 1986, 68), não respeitando os *Dias Santos* dos católicos. Outros quatro meses sobrariam para a moagem da cana nas terras do proprietário do engenho, já que as safras deveriam ocorrer geralmente entre os meses de setembro e abril. Para isso a área plantada poderia chegar a mais de duzentos hectares.

Contando apenas com as 110 *tarefas*, a produção do engenho chegaria, a muito custo, em torno de 25 toneladas de açúcar, devido as condições técnicas da época e a qualidade das canas. As *tarefas* poderiam ser dobradas e chegar a cinquenta toneladas, pois haveria mais tempo e espaço, entretanto não há documentação para comprovar essa produção. As canas da época não ajudavam muito na produtividade. Era a cana *cabocla*, fina e de gomos curtos. Canas diferentes só surgiram no século XIX. Se alcançasse as 50 toneladas, o engenho ainda estaria abaixo da média sugerida por Adelino Brandão no período de dominação holandesa. Para as condições técnicas da época, o engenho teria que cultivar uma grande área e não havia mão-de-obra suficiente para tanto.

Havia outros lavradores como Antônio Roiz Leitão²⁷, que segundo Adriaen van der Dussen, se ocupava, ao lado de Eduivard Snooden, apenas de lavrar, mas não moíam no engenho (MEDEIROS FILHO, 1993, 13). Esses eram lavradores que trabalhavam no

²⁷ Antonio Rodrigues Leitão era possuidor de uma sesmaria de cem braças, recebida em junho de 1607.

engenho, mas talvez com produção de outros gêneros. Possivelmente possuíam terras dadas pelos portugueses e continuaram proprietários, pois que colaboravam com os holandeses. Lavradores como esses eram os responsáveis por produtos como o milho, a farinha e o gado enviados para Pernambuco, aos quais Câmara Cascudo (1984, 78) dá grande ênfase.

Com o acirramento dos conflitos entre brasileiros e holandeses a partir de 1645, o engenho sofreu muito. Por várias vezes o engenho foi atacado, havendo incêndios e saques. Muita gente fugiu ou foi morta nos conflitos. A produção ficou, então, profundamente prejudicada, muito embora Câmara Cascudo (1984, 82) tenha escrito que o engenho *ficou todos os anos funcionando calmamente, com a vizinhança povoada de lavradores pacíficos*. Se existiam escravos, esses aproveitaram para fugir. Muitas pessoas procuraram refúgio se isolando nos rincões mais isolados. Ruolox Baro relatou ter encontrado um tal João Vvioauin²⁸ vivendo nas matas *por causa da guerra* (apud MOREAU, 1979, 95).

3.2 Reorganização social a partir da segunda metade do século XVII

Mesmo com a reconquista do território pelos portugueses, a retomada da produção foi lenta. Nas palavras de Rocha Pombo (1922, 125) *a capitania do Rio Grande foi talvez de todas a mais sacrificada, devido a circunstancias excepcionaes que para ella agravaram os males da guerra*. O Cunhaú foi vítima constante de ataques onde morreram muitos trabalhadores que fizeram falta na produção. Só em 1657 é que volta Matias de Albuquerque e torna-se também capitão mor da Paraíba. Para o cargo foi nomeado em 1656, sendo o vigésimo capitão mor daquela capitania. Tomou posse em outubro de 1657 e teria

²⁸ Os nomes encontrados no relatório da viagem que fez Baro são muito deturpados. João Vvioauin parece ser João Joaquim, nome português. Baro não confirma sua origem, diz apenas que é chefe de uma tribo.

feito um bom governo (LEAL, 1989, 52). Irineu Pinto (apud LEAL, 1989, 52-53) relatou sobre o governo de Matias dizendo:

Soube distribuir justiça, melhorou as fortificações da praça; desenvolveu a agricultura, merecendo-lhe esta particular interesse. Quando tomou posse da capitania tinha somente dois engenhos-de-açúcar e ao deixar elevava-se a quarenta e dois, isto no curto espaço de cinco anos.

Matias de Albuquerque se mostrou muito interessado na produção açucareira enquanto esteve na Paraíba. Também ao retomar sua propriedade vai reconstruir o engenho, mas não era o açúcar a vocação da capitania do Rio Grande, que continuou com apenas um engenho. A produtividade média do Brasil havia diminuído muito depois da saída dos holandeses, faltavam trabalhadores e autonomia para a província.

A dependência em relação a Pernambuco atrapalhou o desempenho da capitania, pois que se produzisse açúcar estaria concorrendo com a capitania mais rica e hierarquicamente superior. Como não havia comércio com a metrópole, os produtos eram enviados para outra capitania para serem revendidos. O monopólio de Pernambuco decretava preços mais baixos. Para fugir dessa concorrência desleal, a produção diferenciada da capitania seguiu por uma lógica que não era a proposta pela Coroa.

A produção de açúcar na segunda metade do século XVII e início do século XVIII diminuiu muito. A média dos engenhos brasileiros em 1710 era de pouco menos de 37²⁹ toneladas ao ano. Um grande engenho como o Sergipe do Conde, que produzia 150 toneladas ao ano no século XVII, passa a produzir 45 toneladas no século XVIII (BRANDÃO, 1985, 71). A produção caiu para menos de um terço. O Cunhaú também deve ter sido atingido de igual forma.

A produção de aguardente foi uma estratégia para evitar a concorrência com os grandes engenhos de Pernambuco. Menos complicada e mais barata do que a produção de

²⁹ 2.454 arrobas no original.

açúcar, a aguardente era produzida para os mercados locais ou intercoloniais (CARDOSO, 1983, 226). Em memorial enviado a Pernambuco, em 1689, os vereadores citavam *o imposto de quatro barris de aguardente* (apud CASCUDO, 1984, 102). Essa era a aguardente, provavelmente, de Cunhaú. Não há referência ao açúcar.

A partir de então a cana já tinha perdido a importância econômica de antes, muito embora não tenha sido totalmente abandonada no vale do Cunhaú. Para evitar concorrência e sobreviver havia várias alternativas de produção além do açúcar. Com a cana também se produzia a aguardente e a rapadura para o mercado intercolonial, deixando o açúcar na espera de bons preços na exportação.

O desenvolvimento da indústria açucareira nas Antilhas provocou forte crise ao açúcar brasileiro. Com melhoramentos tecnológicos na área agrícola e industrial, o açúcar antilhano propiciou uma produção mais econômica, forçando a baixa dos preços no mercado internacional (ANDRADE, 1986, 69). Junto a isso, acrescenta-se também a política monopolista das potências colonizadoras que causou sérios transtornos à indústria açucareira do Brasil, devido à baixa população do reino e aos sérios problemas criados pelas companhias de comércio.

Os sucessores de Matias de Albuquerque, do final do século XVII ao final do século XVIII, Afonso, Gaspar e André se mostraram mais interessados na pecuária, mas o engenho nunca foi abandonado. A criação do gado e a agricultura de gêneros alimentícios eram predominantes devido a falta de incentivos para a cana.

No século XVIII o açúcar foi um produto instável. Outro produto aparece, o algodão, além do gado e das roçarias de milho, de mandioca e de feijão. A região das Antilhas, na América Central, produzia a maior quantidade de açúcar para o mercado mundial, porém, no final do século XVIII, problemas políticos na Europa atrapalharam essa

produção. Apenas Cuba, em particular devido a influência dos norte-americanos, aproveitou-se da situação e organizou sua produção (FLANDRIN, 1988, 623).

A Capitania se desligara do Governo Geral na Bahia, 1701, para se subordinar a Pernambuco, retardando o desenvolvimento econômico (CASCUDO, 1984, 107). Disse Rocha Pombo (1922, 198) que:

[...] os comerciantes de Pernambuco tinham de facto igualmente o monopólio da importação; e do mesmo modo que regulavam, bem como lhes parecia, as compras do Rio Grande, impunham preços ás mercadorias que só elles recebiam da Europa.

Contudo, o Cunhaú continuou em crescimento com a família Albuquerque Maranhão aumentando suas terras e posses pelo século XVIII. Mesmo que a base da riqueza fosse o gado, na capitania ninguém possuía mais escravos que a família do Cunhaú (CASCUDO, 1984, 121). Um ofício do penúltimo ano do século XVIII, enviado a corte pelo Senado da Câmara, dizia da excelente qualidade do açúcar e algodão do Rio Grande do Norte (apud CASCUDO, 1984, 378). Açúcar que deveria ser fabricado no Cunhaú.

O mesmo ofício dizia que o melhor pau-brasil era o do Rio Grande do Norte, possivelmente retirado do vale do Cunhaú, da mata dos Rolos ou da Estrela. Esses produtos, porém continuariam sujeitos as oscilações e vontades dos compradores de uma única e exclusiva praça distribuidora: Pernambuco.

A Reabertura dos Portos, proclamada em 1808, poderia ter oportunizado o comércio de açúcar do Rio Grande do Norte diretamente com outros países, mas isso não ocorreu. A longa dependência imposta por Pernambuco impediu o crescimento da capitania. Ao longo dos anos o Rio Grande do Norte se dedicou a uma produção complementar que não interessava ao mercado externo. Mesmo após 1817, depois de alcançar a autonomia a autonomia administrativa, o comércio não atingiu os pontos desejados, pois as atividades econômicas não eram compatíveis com as necessidades do mercado exterior.

3.3 Conflitos políticos no século XIX

Quando Henry Koster passou pelo Cunhaú, em 1810, relatou a produção do engenho, com suas quatorze léguas de plantações. O algodão apareceu estimado 150³⁰ toneladas se resumiu em uma colheita aproximada de 1500 quilos devido a estiagem prolongada. Um grande prejuízo. André de Albuquerque, então, já apostava no açúcar para o futuro (KOSTER, 1978, 84).

Já havia uma possibilidade dessa produção de açúcar aumentar desde da década de 1790, quando ocorreu uma alta dos preços devido a revolução escrava no Haiti e uma queda no preço dos escravos africanos (NOVAES, 1997, 239). Entretanto, até 1817, a produção potiguar era monopólio de Pernambuco (SANTOS, 1994, 51). Desse modo, dificilmente a produção se desenvolveria bem. A Reabertura dos Portos, em 1808, era a oportunidade que falava André de Albuquerque, mas essa possibilidade de comerciar através dos portos da capitania foi embargada por Pernambuco (SANTOS, 1994, 51).

Henry Koster também mencionou a grande atenção dada ao gado, com o qual a fortuna da família foi ampliada. Essa também foi a impressão de L. F. Tollenare, que ao se referir a Cunhaú disse: *Tem um engenho, mas a criação do gado e o plantio de algodão é a sua renda principal* (apud MEDEIROS FILHO, 1993, 18). Ainda da produção, Henry Koster (1978, 84) relatou o critério de não retirar das suas terras todos os proventos possíveis. Não há mais as referências ao peixe, o milho e farinha de outrora. A propriedade era tocada com o trabalho escravo de 150 negros, mas não se descarta o trabalho livre.

Segundo Koster, o gado estava sendo acometido por uma praga de carrapato, que inclusive atacara o desavisado cronista. Os carrapatos, disse Koster (1978, 85), *se agarram principalmente aos cavalos e ao gado que percorrem as terras com muita*

³⁰ Dez mil arrobas no original.

vegetação. Vi algumas vezes cavalos que estavam esgotados pela perda de sangue sofrida. Esses carrapatos causaram, certamente, muito prejuízo na produção do gado.

Depois da morte de André de Albuquerque, em 1817, o Cunhaú foi confiscado pelo governo metropolitano. No inventário de 1823 o engenho aparece como *moente e corrente*. O Cunhaú não era mais uma simples propriedade. A família Maranhão tinha acumulado muita terra e se dedicava principalmente à pecuária extensiva em 16 propriedades no sertão. Junto com o Cunhaú, a família possuía mais dois engenhos: Tamatanduba, no Rio Grande do Norte, e o Graça, na capital paraibana (MEDEIROS FILHO, 1993, 41-53).

Segundo relatou Olavo de Medeiros Filho (1993, 65-71), os rebanhos eram os seguintes: 4.743 bovinos, 646 eqüinos, 230 ovinos e 25 caprinos; todos eles espalhados pelas propriedades da família entre o Rio Grande do Norte e Paraíba. No Cunhaú existiam apenas 14 bois mansos de carro para puxar cana, não havendo eqüinos, ovinos, nem caprinos. Na propriedade vizinha, Tamatanduba, estavam 36 bovinos e 43 cavalos. O restante do rebanho estava em propriedades na ribeira do Upanema e Acauã.

Uma produção pendente, do ano de 1823, da cana e soca valeu, pelo inventário, a quantia de 400\$000 (MEDEIROS FILHO, 1993, 41). Não se menciona o açúcar produzido, a quantidade de cana, nem a área plantada, apenas o valor. No inventário de André de Albuquerque Maranhão, o velho, feito em 1806 (apud CASCUDO, 1984, 123) o valor da safra de cana chegou a 480\$000. Com os poucos dados avalia-se que a quantidade de gado também não mudou muito. Pela quantidade de escravos e de bois de carro, a produção de açúcar não teria diminuído, muito embora o espião Verdonk tenha dado números tão grandes no século XVII.

A independência foi também o início de um lento processo de nascimento de economias de exportação nas províncias. A derrubada das velhas estruturas coloniais começou muito antes e prosseguiu por muito tempo depois da agitada cronologia política e

militar característica do período 1810-1824. A dependência comercial Portugal em relação a Inglaterra e o transferência da corte para a colônia influenciaram para apaziguar as guerra de independência (CARDOSO, 1983, 233-234).

Do Engenho Cunhaú partiu a principal contribuição em busca de autonomia política e econômica, tendo André de Albuquerque Maranhão, o filho, reunido a família em torno si para sublevar contra o governo metropolitano na Revolução Pernambucana de 1817. A morte de André de Albuquerque, numa revolução que não deu certo, parece ter revertido o processo de enriquecimento do litoral sul da capitania. A contra revolução depredou as propriedades e dizimou o gado da família Maranhão. Entre 1817 e 1823 o Engenho Cunhaú ficou sob os *cuidados* do governo. Nada encontrei sobre esse período.

Depois de feito o inventário, em 1823, o engenho passou a André de Albuquerque Maranhão Arcoverde. Mesmo possuindo uma vida pessoal muito atribulada, o *Brigadeiro Arcoverde* fez reformas no engenho, modernizando-o, seguindo o processo iniciado pela abertura dos portos. Nessa época o açúcar se tornou o produto predominante. Quando de sua morte, em 1856, Arcoverde tinha comprado um caro maquinário para o engenho. Sobre isso diz Olavo Medeiros Filho (1993, 18):

Em 1856, por ocasião do testamento do Arcoverde, havia sido adquirida uma onerosa e moderna maquinaria para o engenho. Tal aparelhagem consistia em uma caldeira a lenha, que produzia vapor aproveitável no funcionamento das engrenagens.

Com essa nova maquinaria o engenho deixava de ser movido apenas a água. A informação é lacônica, mas acredito que foi essa a primeira tentativa de utilização de uma máquina a vapor em engenhos do Rio Grande do Norte. Foi nessa época que a produção de açúcar entrou pleno crescimento na capitania.

As secas periódicas também prejudicaram bastante a pecuária e, desse modo, a cana passou a ser uma alternativa para o Rio Grande do Norte. Antônio Francisco Pereira de

Carvalho, em sua fala de 1853, dizia do crescimento no número de engenhos na província, muito embora houvesse atraso no fabrico do açúcar³¹. A esperança no açúcar aumentou muito em meados do século XX, do mesmo modo que as informações sobre gado, a produção de farinha e milho no Cunhaú foram se escasseando. Em 1860, os dados já não trazem os números do gado na região do Cunhaú (CASCUDO, 1984, 381).

Em 1854, no vale do Cunhaú, o engenho dos Albuquerque Maranhão já estava concorrendo com mais outros dez engenhos de ferro e cinco de madeira³². A concorrência era a mais alta, pois dois terços dos engenhos do vale eram de ferro, enquanto que na província, como um todo, 53% dos engenhos ainda eram de madeira. 16,4% de todos os engenhos de ferro da província estava num mesmo vale, junto com o Cunhaú.

Em relação aos outros engenhos da província, a produtividade dos engenhos do vale era boa, mesmo sabendo que havia atraso na fabricação. Em 1860, possuindo 6,6% dos engenhos, o vale do Cunhaú produzia 11,4% do açúcar da província³³. Se adotarmos a média, cada engenho produzia próximo a 58 toneladas de açúcar por ano. Essa quantidade está muito abaixo do que Verdonk disse que se produzia no século XVII³⁴, usando apenas um terço dos escravos disponíveis no século XIX.

O Cunhaú como engenho importante, em meados do século XIX, concentrava quase a metade dos escravos do vale onde estava localizado. Sua produção era o dobro da dos outros engenhos vizinhos reunidos. Uma das explicações para o fato talvez fosse a sonegação dos impostos. O presidente da província Antônio Francisco Pereira de Carvalho acusava, em

³¹ Fala dirigida à Assembléia Legislativa Provincial do Rio Grande do Norte na sessão ordinária que teve lugar no dia 17 de fevereiro do ano de 1853, pelo Ilustríssimo e Excelentíssimo Sr. Presidente da província, o Dr. Antonio Francisco Pereira de Carvalho. Pernambuco, p. 11.

³² Fala que o Ilustríssimo e Excelentíssimo Sr. Doutor Antonio Bernardo de Passos, Presidente da província do Rio Grande do Norte, dirigiu à Assembléia Legislativa Provincial, no ato da abertura de sua sessão ordinária em 4 de julho de 1854. Pernambuco, p. 97.

³³ Relatório com que o Excelentíssimo Sr. Dr. José de Oliveira Junqueira abiu a sessão da Assembléia Legislativa Provincial do Rio Grande do Norte em 1860. Pernambuco, mapa I (Mapa L, fala de 1860).

³⁴ Em 1630, no relato de Adriano Verdonk, o Cunhaú produzia próximo de cem toneladas de açúcar.

1853, que o açúcar era *remetido para a Paraíba* sem ser contabilizado nas exportações da província.

É em meados do século XIX, quando o açúcar teve uma produção mais destacada na economia do Rio Grande do Norte. Então, com esses 16 engenhos, as terras do vale do Cunhaú tiveram que ser mais bem aproveitadas para a cana, não sobrando espaço para outras culturas, nem para criações numerosas. Na segunda metade do século XIX o Engenho Cunhaú entra em decadência, passa a ser um simples engenho, esquecido até deixar as mãos da família Maranhão no início do século XX.

e doni 99.
~~~~~

## CONCLUSÕES

“Engenho velho gemedor,  
Fostes o grande pioneiro.  
As moendas enferrujando,  
A madeira se rachando  
E teu destino é igual ao meu”

(Pinto do Acordeom)

As conclusões deste trabalho merecem algumas observações, pois não se limitaram às simples quantificações propostas pelas fontes. Com relação a mão-de-obra, a indígena sempre foi menos estudada que a negra, entretanto, parece claro, que o uso de índios como escravo foi implementada em Cunhaú. Para se entender isso foi preciso ir além do que o limite imposto pelo estudo da legislação. A utilização da mão-de-obra indígena parece bem clara, desde os primeiros anos e diminuindo até o século XIX. Essa mão-de-obra, livre ou cativa, foi imposta pelas necessidades históricas. ?

Já a mão-de-obra livre, que foi uma constante na história do Rio Grande do Norte, também encontra bastante espaço em Cunhaú. Porém, no engenho, há um distanciamento dessa constante, pois a mão-de-obra escrava parece ter sido mais utilizada em Cunhaú que no restante do Rio Grande do Norte. Porém, esta utilização de escravos esteve sempre muito aquém do que foi nos maiores centros econômicos da colônia.

Mesmo com a dominação política e militar os holandeses não provocaram modificações nas relações de trabalho, pois estavam apenas interessados em substituir os portugueses no negócio do açúcar. Foram os holandeses os primeiros a terem registrado a utilização de escravos negros, mesmo que em baixo número para o tamanho da sesmaria. Os lavradores menos favorecidos deveriam tocar suas lavouras com o trabalho dos poucos índios que convenciam, ou forçavam, ao trabalho.

A captura de índios era uma solução rápida para o problema da mão-de-obra escassa, muito embora a legislação não permitisse. Burlar essa lei foi fácil para quem possuía a terra e acumulava os poderes políticos e econômicos. Ao chegar o final do século XVIII, o

número de negros inicia um aumento enquanto as informações sobre indígenas desaparecem, concluindo-se a aparente extinção desse tipo de mão-de-obra. Porém, estas informações podem conter camuflagem principalmente pela miscigenação forçada entre as etnias escravizadas.

Na primeira metade do século XIX, Cunhaú chegou a possuir a maior concentração de escravos em uma propriedade no Rio Grande do Norte. A queda no preço dos escravos africanos abriu a oportunidade para a retomada da produção do açúcar, já que o gado teria sido o principal produto ao longo do século XVIII. O açúcar, que foi um produto de destaque na primeira metade do século XVII, se tornou o produto principal como o início do século XIX.

A produção de açúcar na segunda metade do século XVII e início do século XVIII diminuiu muito. Outros produtos aparecem, como o algodão, o gado e as roçarias de milho, de mandioca e de feijão. Com a instabilidade do açúcar, a aguardente se mostrou produto eficiente. O monopólio de Pernambuco decretava preços mais baixos e, para fugir da concorrência, a produção diferenciada seguiu por uma lógica que não era a proposta pela metrópole.

O algodão e principalmente o gado foram produtos que sustentaram a economia do engenho, enquanto a cana não se mostrou vantajosa. Em 1810, o algodão apareceu estimado 150 toneladas. Uma grande atenção ainda era dada ao gado, com o qual a fortuna da família foi ampliada. Não há mais as referências ao peixe, o milho e farinha de outrora. Pela quantidade de escravos e de bois, a produção de açúcar não era tão diferente da do século XVII.

Os números da produção do século XVII são altos e se questiona se são reais, pois destoam do geral, mesmo sabendo que haveria área suficiente para uma grande produção, mas faltaria mão-de-obra. Faltam outros dados para confrontar essas informações e constituir uma conclusão segura sobre o fato. As técnicas de produção foram quase as mesmas entre os séculos estudados: a coivara era a prática, o adubo era ignorando, a lenha alimentava as fomalhas e o bagaço era desperdiçado.

Quanto a produção mineral, há algumas informações dos primeiros anos do engenho, mas que nunca foi comprovada documentalmente. Possivelmente Cunhaú abasteceu Natal e a si mesmo com uma pequena produção de ferro. A legislação severa camuflou essa produção. As informações sobre os minérios em Cunhaú desaparecem a partir da segunda

metade do século XVII. Há também indícios de extrativismo vegetal a partir do final do século XVIII.

A abertura dos portos brasileiros no início do século XIX não favoreceu ao Cunhaú, pois a capitania estava em extrema dependência a Pernambuco. Quando a liberdade de comércio se confirmou, não foi aproveitada devido a propriedade estar sob o controle do estado após a Revolução de 1917. Assim, o Cunhaú teve uma produção diversificada e voltada ao comércio interno da colônia, só exportando indiretamente através de Pernambuco. Não foi implantado a *plantacion*, um único produto dominando o setor agrícola, muito embora, possuísse as características agrárias como latifúndio.

O Cunhaú se destacou dentro do Rio Grande do Norte, pois foi centro produtor num território caracterizado mais como posto militar quando a coroa queria garantir o território. Se o Cunhaú foi considerado sem benfeitorias, outras sesmarias não se mostraram diferentes. Poucas eram as pessoas que desejavam sair de Pernambuco pra morar no Rio Grande para arriscar a sorte econômica e a vida.

Em tamanho, a sesmaria do Cunhaú e suas vizinhas do vale estavam no padrão médio da colônia, muito embora tenha sido a maior que se doou dentro do vale onde se localizava. A distribuição das sesmarias teve clara intenção de favorecer um grupo familiar, os Albuquerque Maranhão, que aparentemente monopolizou a distribuição de terras num vale muito importante da capitania. Entretanto foram esses os únicos a fazer algum empreendimento maior no início da colonização.

Quando a sesmaria foi considerada excessiva e sem benfeitorias pelas autoridades metropolitanas, os Albuquerque Maranhão protelaram sobre as decisões do governo para beneficiar os familiares e o cumprimento da sanção prevista nos regulamentos vigente não implicou efetivamente na perda da concessão. Quando do inventário de dona Antônia do Espírito Santo Ribeiro, em 1823, aparece a mesma área de terra do século XVII nas mãos da família.

Quando essa terra esteve nas mãos dos holandeses, também foram entregues a pessoas de prestígio político e militar. Na intenção de tomar a posição dos portugueses que dominavam a colônia, o holandês não destruíram a infra-estrutura que encontrou montada. Ao dominar militarmente, assumiram os lucros e privilégios que os portugueses controlavam anteriormente na colônia. Os holandeses se tornaram donos do engenho e o Cunhaú continuou funcionando como fizera os ibéricos, pois não havia interesse em mudar o sistema.



Após a saída dos holandeses da capitania, em 1654, o engenho Cunhaú voltou a pertencer à família Maranhão. Usando do poder econômico e militar adquirido com o Cunhaú, os Albuquerque Maranhão se apossaram de muitas terras no sertão potiguar. Quase todos comandavam tropas e exerceram o poder político numa vila próxima. Com o surgimento da administração civil nos municípios, criados na segunda metade do século XVIII, é a família Maranhão que vai ocupar os melhores cargos, com influência profunda nas vilas de Paray, São José, Goianinha, Arez e Flor.

A partir do Cunhaú, a família Maranhão acumulou muita terra. Em 16 propriedades no sertão se dedicaram principalmente à pecuária extensiva. Junto com o Cunhaú, a família possuía vários outros engenhos no Rio Grande do Norte e Paraíba. A Casa de Cunhaú se tornou, então, a primeira fortuna da capitania, aonde André de Albuquerque Maranhão chegou a fazer uma imitação de corte. Depois, seu sobrinho, o Brigadeiro Dendé Arcoverde encerrou a saga da estirpe como grandes senhores.

As imitações ?

Le Dendé ?

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

“Qualquer interpretação é uma reconstrução”.

(Raymond Aron)

*fontes: Relatórios de m. m. ?*

ANDRADE, Manuel Correia de. *A produção do espaço norte-rio-grandense*. Natal: UFRN, 1981.

\_\_\_\_\_. *A Terra e o homem no Nordeste*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1986.

BARRETO, José Jácome. *Canguaretama centenária*. Natal: Fundação José Augusto, 1985.

BRANDÃO, Adelino. *Cana-de-açúcar: Alcool e açúcar na história e no desenvolvimento social do Brasil*. Brasília: Horizonte: INL, 1985.

CÂMARA, Anfilóquio. *Cenários Municipais*. Natal: Oficinas do D.E.I.O., 1941.

CARDOSO, Ciro Flamarion S.; BRIGNOLI, Héctor Pérez. *Os métodos da história: introdução aos problemas, métodos e técnicas da história demográfica, econômica e social*. 3. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

CASCUDO, Luís da Câmara. *Governo do Rio Grande do Norte*. Natal: Livraria Cosmopolita, 1989.

\_\_\_\_\_. *História da república no Rio Grande do Norte: da propaganda à primeira eleição direta para governador*. Rio de Janeiro: Edições do Val, 1965.

\_\_\_\_\_. *História do Rio Grande do Norte*. 2. ed. Natal: Fundação José Augusto, 1984.